

ANDRESSA CAROLINE DE OLIVEIRA

**REFLEXOS DA PÓS-MODERNIDADE NO DIREITO: UMA ABORDAGEM
EM RELAÇÃO À VERDADE E AO TEMPO NO PROCESSO CIVIL**

**CURITIBA
2007**

ANDRESSA CAROLINE DE OLIVEIRA

**REFLEXOS DA PÓS-MODERNIDADE NO DIREITO: UMA ABORDAGEM
EM RELAÇÃO À VERDADE E AO TEMPO NO PROCESSO CIVIL**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Celso Luiz Ludwig

**CURITIBA
2007**

SUMÁRIO

RESUMO	iii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: TEMPOS DE TRANSIÇÃO	3
2.1. A CONFIGURAÇÃO DA MODERNIDADE	4
2.1.1. A busca da ordem e a eliminação da ambivalência	7
2.1.2. Desmoronamento do projeto moderno	9
2.2. A DESCRIÇÃO DA PÓS-MODERNIDADE	11
2.2.1. Características da pós-modernidade.....	14
2.2.2. Diversidade em tempos pós-modernos.....	17
2.2.3. Pós-modernidade, razão e saber	18
2.2.4. Os abalos da pós-modernidade	19
3. O DIREITO NA PÓS-MODERNIDADE.....	22
3.1. DIREITO E MODERNIDADE.....	22
3.2. OS REFLEXOS DA PÓS-MODERNIDADE NA CIÊNCIA DO DIREITO	24
3.3. O DIREITO EM TEMPOS PÓS-MODERNOS.....	26
3.3.1. O tempo na pós-modernidade.....	28
3.3.2. Pluralismo e diversidade	29
4. COMPREENSÃO DA VERDADE E DO TEMPO NO DIREITO PÓS-MODERNO	32
4.1. A VERDADE E A PÓS-MODERNIDADE	32
4.1.1. A relação entre verdade e justiça	33
4.1.2. A busca da verdade e as concepções de verdade.....	35
4.1.3. Teorias acerca do conhecimento verdadeiro.....	37
4.1.4. A verdade e os Paradigmas da Filosofia	39
4.1.5. A busca da verdade no processo: uma possibilidade	46
4.2. O TEMPO NO DIREITO PÓS-MODERNO.....	54
4.2.1 A busca da efetividade processual.....	54
5. CONCLUSÃO	61
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

RESUMO

A pós-modernidade representa uma forte crítica ao imperialismo da razão instrumental e a incredulidade em relação às utopias da modernidade e seu respectivo projeto. Nesse contexto de crise e mudança representado pela era pós-moderna, seus reflexos no direito não podem ser negados. A idéia de verdade sempre esteve intimamente associada à noção de justiça, motivo pelo qual o processo, como forma do exercício do poder jurisdicional, adotou a concretização da justiça baseada na apuração da verdade dos fatos como pressuposto legitimador. Entretanto, na pós-modernidade assistimos à crise da razão e a conseqüente crise da ciência e da verdade. Diante das características da pós-modernidade, em especial sua valorização da heterogeneidade e do dissenso, vislumbra-se que estamos diante de um tempo de pluralidade de verdades, em que estão presentes simultaneamente as concepções de *aletheia*, *veritas* e *emunah*. Não há, portanto, uma teoria processual que contemple a verdade consoante os referenciais pós-modernos. Apesar da dificuldade em se atingir a verdade, especialmente dentro de um processo judicial, ela deve continuar sendo buscada para que se chegue a uma decisão justa. Entretanto, nos tempos atuais, representados pela valorização extrema do tempo, uma decisão justa, além de pautada na verdade dos fatos, deve atender ao ideal de tempestividade. Buscou-se compreender como o ideal de busca da verdade deve ser redimensionado dentro do processo de conhecimento, tendo em vista os ideais pós-modernos de efetividade processual. Afinal, vivemos em tempos pós-modernos, não há mais como se admitir delongas injustificáveis na prestação da tutela jurisdicional pelo Estado.

PALAVRAS-CHAVE

Tempos de transição; modernidade; pós-modernidade; diversidade; pluralidade; tempo; tempestividade; relação verdade-justiça; busca da verdade; concepções de verdade; processo civil; teorias processuais; pluralidade de verdades; efetividade processual; duração razoável, processo justo.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em tempos de transição, tempos de incredulidade em relação às utopias da modernidade e seu projeto de civilização, e de ascensão de um novo período, a era pós-moderna. Estamos diante da falência da razão para cumprir as promessas do projeto moderno, uma vez que na modernidade, em lugar da emancipação, assistiu-se ao domínio e controle da natureza e à opressão dos homens.

A pós-modernidade representa um período de rejeição dos ideais modernos e da constante busca de ordem presente na modernidade, o que reflete uma sociedade na qual reina a fragmentação, a diversidade e a pluralidade. O cenário é cada vez mais cibernético e informacional, vivemos na era da velocidade. A sociedade reflete uma cultura do descarte, do efêmero e do volátil.

Surgida inicialmente na esfera cultural, a pós-modernidade causou reflexos nas ordens política, econômica e social. O direito, não estando dissociado das demais ordens da sociedade, também sofreu os abalos das mudanças.

Considerando as transformações geradas pelo fenômeno da pós-modernidade, o presente estudo pretende abordar alguns de seus reflexos no âmbito jurídico, especialmente em relação à disciplina processual civil.

A idéia de verdade sempre esteve intimamente associada à noção de justiça, motivo pelo qual assumiu a posição de legitimadora da atividade jurisdicional. Nesse sentido, o processo, como forma do exercício do poder jurisdicional, adotou a concretização da justiça baseada na apuração da verdade dos fatos como pressuposto legitimador. Entretanto, na pós-modernidade assistimos à crise da razão e a conseqüente crise da ciência e da verdade.

Tendo em vista que a verdade assumiu o papel de legitimadora da atividade jurisdicional, uma vez que uma decisão justa deveria estar baseada na verdade, propõe-se um estudo interdisciplinar a partir da filosofia, a fim de verificar como a pós-modernidade supera este contexto de crise e, dessa forma, qual concepção de verdade seria aplicável aos desígnios do processo civil.

Pretende-se ainda examinar, no contexto da pós-modernidade, quais as alterações sofridas na disciplina processual civil tendo em vista a instituição de

mecanismos que assegurem o direito à tutela jurisdicional efetiva, especialmente no que se refere à duração da relação processual. Afinal, vivemos em tempos pós-modernos, não há mais como se admitir delongas injustificáveis na prestação da tutela jurisdicional pelo Estado.

Para tanto, o presente trabalho se inicia com uma análise acerca da transição entre a modernidade e a pós-modernidade, passando a um exame sobre as influências do fenômeno pós-moderno no direito, em especial as características pós-modernas de reconhecimento da pluralidade e de valorização extrema do tempo.

A partir dessas premissas, passa-se ao estudo da busca da verdade no processo civil tendo em vista os referenciais da pós-modernidade. Nesse sentido serão apresentadas as concepções de verdade surgidas na antiguidade, suas rearticulações com os paradigmas da filosofia e as elaborações teóricas sobre a verdade surgidas no âmbito da teoria processual civil.

Por fim, pretende-se, com base nos conhecimentos examinados, compreender como o ideal de busca da verdade deve ser redimensionado dentro do processo de conhecimento, tendo em vista os ideais pós-modernos de efetividade processual.

2. MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: TEMPOS DE TRANSIÇÃO

A pós-modernidade designa o estado da cultura após as transformações que ocorreram na ciência, na literatura e nas artes a partir do final do século XIX¹. Representa a incredulidade em relação às utopias da modernidade e seu respectivo projeto. É uma tentativa de descrever o ceticismo, o fim do racionalismo, o vazio teórico e a insegurança jurídica que se observam na sociedade, no Estado e na ciência².

O momento pós-moderno representa a descrição de um conjunto de mudanças provocadas pelo desaparecimento das marcas culturais distintivas da modernidade. Trata-se de um fenômeno sentido na esfera cultural, econômica, política, social, institucional e familiar.

A transição para a pós-modernidade não ocorreu da noite para o dia, ela é resultado de um processo de dismantelamento das crenças, instituições e anseios da modernidade. Cada fator de desgaste da modernidade representou um passo à pós-modernidade.

Este novo estado de coisas modificou a compreensão dos fenômenos sociais, refletiu-se na dimensão dos valores morais e das práticas culturais, bem como causou fortes abalos sobre os conceitos modernos que conduziam a vida e organizavam a sociedade. O direito, não estando distanciado das demais ordens, também se abalou com tais mudanças.

Como nosso ordenamento jurídico recepcionou esta transição? Segundo MARQUES os tempos pós-modernos são um desafio para o direito, tempos de ceticismo quanto à capacidade da ciência jurídica de oferecer respostas apropriadas aos problemas que perturbam a sociedade atual, os quais se modificam com uma velocidade assustadora. Rejeitada a verdade jurídica, deslegitimado o direito e suas instituições, cria-se um grande vazio na ciência do direito³.

¹ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002, p. 11.

² MARQUES, Claudia Lima. A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. *Cidadania e Justiça – Revista da AMB*. Rio de Janeiro, n. 6, a. 3, 1999, p. 239.

³ MARQUES, C. L. A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. *Cidadania e Justiça – Revista da AMB*, p. 239.

Nesse momento de crise e de mudança, os reflexos da pós-modernidade no direito não podem ser negados. Na esfera processual, surge a consciência das limitações das provas, de modo a não se eternizar a sua produção tendo em vista um utópico encontro com a verdade. Em tempos pós-modernos requer-se, portanto, maior efetividade processual.

Propõe-se, assim, um estudo interdisciplinar a partir da filosofia, a fim de verificar como a pós-modernidade supera a crise da ciência e da verdade e, dessa forma, qual concepção de verdade seria aplicável ao processo de conhecimento. Pretende-se ainda examinar, no contexto da pós-modernidade, quais as características do direito em relação ao tempo, especialmente no que se refere à duração da relação processual.

Cabe ressaltar que a pós-modernidade, a verdade e o tempo são temas extremamente abrangentes, não havendo aqui a pretensão de analisá-los em toda a sua profundidade devido às próprias características da monografia jurídica, que requer um estudo recapitulativo e sistemático de determinado assunto.

Lembramos que o estudo da pós-modernidade não pode ser dissociado do de sua antecedente, a modernidade. É preciso indagar até que ponto ambas se cruzam e relacionam. Torna-se necessário estudar o moderno para se compreender o pós-moderno.

2.1. A CONFIGURAÇÃO DA MODERNIDADE

No presente capítulo abordaremos alguns aspectos referentes à modernidade, período histórico pós-renascentista, marcado pelos ideais de liberdade e racionalidade, que significou uma ruptura com a antiga ordem existente e uma orientação para o futuro, associada à concepção de progresso.

Surgida inicialmente na Europa Ocidental, a modernidade gerou influências mundiais, devendo ser compreendida como uma série de transformações culturais, sociais, econômicas e políticas cujo objetivo referia-se à implementação de características adotadas como projeto-meta para a reconfiguração das relações

humanas. A modernidade atingiu sua maturidade como projeto cultural com o Iluminismo⁴ e culminou com o desenvolvimento da sociedade industrial⁵.

Seus metarrelatos tiveram como ponto de partida o ideal libertário da Revolução Francesa e como fundamento os princípios da razão iluminista. O projeto da modernidade, dotado de caráter emancipatório, apostava nas grandes utopias e promessas de igualdade, liberdade, paz e dominação da natureza em benefício da humanidade. Ressalte-se que o capitalismo e o próprio programa socialista também representaram versões do projeto moderno.

Segundo ROUANET, o projeto civilizatório da modernidade apresentava como principais elementos os conceitos de universalidade, individualidade e autonomia. A universalidade significava abranger todos os seres humanos, independentemente de nacionalidades ou etnias. Através da individualidade os indivíduos eram considerados como pessoas concretas, e com a autonomia esses seres individualizados eram considerados racionais, portanto, capazes de pensarem por si mesmos⁶.

Entre os ideais modernos estava a racionalidade, de modo que na modernidade o mundo passa a ser dominado pela razão. A natureza, antes concebida como estática, divina e misteriosa, assume novas feições. Ao ser testada pela ciência e pelos saberes técnicos, converte-se em algo que pode nos trazer proveitos desde que colocada a serviço do saber, da descoberta e do progresso. Assim, o domínio científico da natureza seria capaz de libertar a humanidade da escassez, da necessidade e das calamidades naturais.

⁴ Apesar de o termo moderno ter uma história mais antiga, o que Habermas denomina de projeto da modernidade surgiu durante o século XVIII. Tal projeto envolvia uma tentativa dos pensadores iluministas em empregar o conhecimento em “busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária.” Apenas através da realização deste projeto seria possível atingir as “qualidades universais, eternas e imutáveis da humanidade.” (HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p. 23)

⁵ Realce-se que ser uma sociedade moderna é ser uma sociedade industrial, afinal, não é possível pensarmos no mundo moderno sem lembrarmos de aço, vapor e velocidade. (KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 93)

⁶ ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na modernidade: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 10.

Nessa perspectiva, BITTAR associa a modernidade aos seguintes referenciais: progresso, ciência, razão, saber, técnica, sujeito, ordem, soberania, controle, Estado, indústria, economia, individualismo, liberalismo e universalismo⁷.

As idéias de ilustres pensadores foram fundamentais para a configuração do projeto moderno, dentre o conjunto dessas idéias destacaremos algumas que em nosso entender são fundamentais para a compreensão da modernidade.

Nesse sentido, cabe mencionar Jean Bodin, que apresentou a articulação entre a idéia de soberania e a concepção de legalidade, qual seja, o soberano é aquele que tem o poder de estabelecer as leis. Essa concepção de ordem tornou-se fundamental para o projeto moderno, uma vez que sem ordem central não seria possível a construção de uma sociedade moderna⁸. Destaque-se assim que ao Estado moderno e ao direito cabia manter o projeto da modernidade.

Outro pensador que podemos destacar é Nicolau Maquiavel, que em sua obra *O príncipe* orienta o governante dando-lhe conselhos de como agir para manter o poder. A preocupação com a estabilidade do poder leva o autor a desvincular a ética da política, de modo que os fins passam a justificar os meios. Esta separação entre ética e política é bastante intensa no Estado moderno, sendo inclusive fruto de inúmeras atrocidades verificadas nos séculos passados.

Thomas Hobbes, por sua vez, destaca-se por formular seu pensamento a serviço da unidade do poder estatal, afirmando o poder exclusivo do soberano de estabelecer o direito, imprescindível para assegurar o poder absoluto do Estado.

Com Jean-Jacques Rousseau vemos a limitação do poder do Estado, pois, considerando que a vontade e a soberania provêm do povo, os exercentes do poder devem apenas representar a vontade popular. As idéias deste pensador influenciaram a Revolução Francesa, impregnada pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Em síntese, a modernidade apresentou como características marcantes os ideais de racionalidade e universalidade, bem como as grandes utopias de igualdade, liberdade, paz e dominação da natureza em benefício da humanidade, sendo que ao Estado moderno, ao direito, ao modelo capitalista baseado na

⁷ BITTAR, Eduardo C. B. *O direito na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 34-35.

⁸ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 45.

liberdade do mercado, e até mesmo ao socialismo coube a tentativa de implementação do projeto moderno.

2.1.1. A busca da ordem e a eliminação da ambivalência

A passagem da pré-modernidade para a modernidade é marcada pela mudança do impreciso para o preciso, da heterogeneidade à homogeneidade, do desordenado ao ordenado. Os tempos modernos representam um período de busca da ordem, alcançado através da dominação, do cálculo, do planejamento, atitudes de ação racional sobre o mundo da desordem. Nesse sentido, BAUMAN afirma que um dos projetos da modernidade é a eliminação da ambivalência e a construção de uma ordem homogênea⁹.

Para o referido sociólogo a modernidade refere-se à procura de padrões e de identidade, motivo pelo qual entre seus ideais estavam a busca de beleza, pureza e ordem. Dessa forma, no projeto moderno a destruição da diferença era a condição da ordem, motivo pelo qual os tempos modernos representaram uma “guerra particularmente dolorosa e implacável contra a ambivalência.”¹⁰ A intolerância torna-se, portanto, presença constante no período moderno.

Esse modelo de purificação e configuração de uma nova ordem visava à eliminação de tudo aquilo considerado estranho, diferente, plural. Buscou-se a segregação dos elementos heterogêneos, vislumbrou-se, assim, o aquartelamento dos loucos, criminosos, vagabundos, libertinos e pobres.

Procurou-se generalizar, hierarquizar, conceituar, classificar, de modo a moldar a realidade conforme a razão, tendo em mente o bem-estar do homem. “A ordem é a escravização das coisas às vontades humanas, na medida em que estas convêm, e enquanto convêm. Onde não há ordem, há ambivalência, ou mesmo, caos, e o caos é o descontrole incompreendido pela razão, que tudo ordena e tudo calcula.”¹¹

⁹ Com base nos ideais de busca da ordem e eliminação da ambivalência “o projeto iluminista, por exemplo, considerava axiomática a existência de uma única resposta possível a qualquer pergunta.” (HARVEY, D. *A condição pós-moderna*, p. 35)

¹⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999, p. 01.

¹¹ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 55.

Nessa perspectiva, a natureza representava a existência não ordenada, algo a ser dominado, subordinado, remodelado de forma a se reajustar às necessidades humanas. No âmbito intelectual, expurgar a ambivalência significava invalidar o senso comum, deslegitimando todas as esferas de conhecimento que não fossem baseadas na razão e na ciência.

Nesse contexto, o Estado moderno surge com a missão de criar uma sociedade ordeira, racionalmente planejada, era, portanto, um Estado jardineiro, cuja função era dividir a “população em plantas úteis a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninhas a serem removidas ou arrancadas.”¹² Houve verdadeira identificação, segregação e extermínio daqueles considerados diferentes, culpados pelo caos, como foi o caso dos judeus.

No que se refere à realidade jurídica, a modernidade reclama a eliminação da pluralidade de ordens normativas, devendo o direito concentrar-se na legislação emanada pelo Estado. Nesse contexto de padronização e busca de ordem, o direito estatal passa a ser instrumento para a unificação dos comportamentos sociais. Busca-se padronizar as condutas, estabelecendo quais serão consideradas normais e quais serão tipificadas, de modo a definir quem será identificado como estranho e, portanto, punido, excluído, enclausurado¹³.

“Uma vez assentadas as questões de que a ordem era desejável e de que era dever dos governantes administrar sua instauração, o resto era uma questão de frio cálculo de custos e efeitos.”¹⁴ Entretanto, o projeto moderno deixou de calcular os efeitos que seriam gerados por esta busca de eliminação da ambivalência. O que fazer com o refugo, a erva daninha, a sujeira, o prisioneiro, resultantes do processo de homogeneização da sociedade? Esta busca pela ordem intentada pela modernidade pode ser considerada uma das causas da desestabilização de seu projeto.

¹² BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência*, p. 29.

¹³ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 66-67

¹⁴ BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência*, p. 39.

2.1.2. Desmoronamento do projeto moderno

Um mundo moderno e organizado importaria em ordenar e estruturar a natureza, controlando-a. Porém, o mesmo laboratório que prometia bem-estar para humanidade foi capaz de proporcionar as condições para sua autodestruição. No século XX presenciamos duas guerras mundiais, campos de concentração e ameaças de aniquilação nuclear.

Além de não terem sido cumpridas, as promessas da modernidade geraram imensas atrocidades. Surge assim um sentimento de desesperança em relação ao projeto moderno. O espírito moderno não foi capaz de perceber que a tão aclamada razão seria capaz de criar a bomba atômica? O homem, ao ser transformado em instrumento das máquinas, não seria substituído por estas máquinas?¹⁵ O processo de dominação da natureza representado pela modernidade refletiu-se na devastação e na destruição, ou seja, exploração do homem pelo homem e deterioração dos recursos naturais.

Segundo SANTOS “as grandes promessas da modernidade permanecem incumpridas ou o seu cumprimento redundou em efeitos perversos.”¹⁶ Deve-se avaliar o projeto moderno e refletir acerca dos sucessos e insucessos provenientes de sua implementação.

No que se refere à promessa de igualdade, seu insucesso é facilmente constatado. Os países capitalistas avançados que representam uma pequena parcela da população do planeta controlam a produção mundial de bens e serviços e consomem grande parte de toda a energia produzida. Os trabalhadores dos países subdesenvolvidos ganham menos que os trabalhadores da Europa e da América do Norte na realização das mesmas tarefas e com a mesma produtividade. A desigualdade entre os países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no mesmo país é evidente e não pára de aumentar.

Quanto à promessa de liberdade, as violações dos direitos humanos continuam sendo constantes, mesmo em países onde formalmente reina a paz e a democracia. “No que respeita à promessa de paz perpétua (...) enquanto no século

¹⁵ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 52.

¹⁶ SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 23.

XVIII morreram 4,4 milhões de pessoas em 68 guerras, no nosso século morreram 99 milhões de pessoas em 237 guerras.”¹⁷

“A promessa da dominação da natureza, e do seu uso para o benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozono, e à emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da conseqüente conversão do corpo humano em mercadoria última.”¹⁸

Destaque-se que para grande parcela da humanidade a industrialização não proporcionou desenvolvimento. Há uma grande descrença em relação ao sistema econômico. Enquanto o capitalismo é visto como gerador de desemprego e de exploração, sua alternativa, o socialismo, fracassou em suas promessas de eliminar a injustiça social e de promover a abundância, e ambos se mostraram “ecologicamente predatórios”¹⁹. O socialismo submeteu a modernidade ao teste último.

Consoante BITTAR “a razão instrumental (ou razão pragmática), portanto, ou seja, aquela colocada a serviço da produção, riqueza, do pragmatismo produtivo, do fazer, escravizada pelas condições capitalistas, que lhe haveriam de ditar os caminhos a seguir, parece ter sido a geradora de diversos desvios (previsíveis) nas rotas e nos rumos da própria modernização.”²⁰

Embora a modernidade tenha realizado parte de suas promessas, algumas inclusive em excesso, a maioria delas não se realizou. A complexidade dos seus elementos constitutivos torna praticamente impossível evitar que o cumprimento das promessas seja em certos casos excessivo e em outros insatisfatório. “A ousadia de um projeto tão vasto contém em si a semente do seu próprio fracasso: promessas incumpridas e défices irremediáveis.”²¹ A desilusão com o projeto moderno demonstra a necessidade de sua superação.

¹⁷ SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*, p. 24.

¹⁸ SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*, p. 56.

¹⁹ ROUANET, S. P. *Mal-estar na modernidade*, p. 11.

²⁰ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 40.

²¹ SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*, p. 50

Vivemos tempos de transição paradigmática, tempos de passagem do moderno para o pós-moderno²². Segundo SANTOS estamos perante a transição entre o paradigma da modernidade, que entrou em falência, e um paradigma emergente ainda difícil de identificar²³.

Consoante referido autor, como as transições são “semi-invisíveis e semicegas”, é impossível designar com precisão a situação atual, motivo pelo qual a denominação de pós-moderno se tornou bastante popular²⁴.

2.2. A DESCRIÇÃO DA PÓS-MODERNIDADE

O surgimento da pós-modernidade, contextualizado em finais do século XX, representa uma forte crítica ao imperialismo da razão presente na era moderna e a incredulidade em relação aos ideais de liberdade, igualdade, paz e controle da natureza, que não foram concretizados para todos, nem são considerados realizáveis na atualidade.

Segundo LYOTARD, a pós-modernidade designa o estado da cultura após as mudanças ocorridas na ciência, na literatura e nas artes a partir do final do século XIX, representando a incredulidade em relação às utopias da modernidade e seu respectivo projeto. É uma tentativa de descrever o ceticismo, o fim do racionalismo,

²² Segundo SANTOS o paradigma da modernidade baseou-se numa tensão entre regulação social e emancipação social. A partir da metade do século XIX, com a convergência entre o paradigma da modernidade e o capitalismo, as energias emancipatórias transformaram-se em energias regulatórias. Assim, o paradigma da modernidade entra em crise final. (SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*, p. 15)

²³ O conceito de paradigma foi elaborado por KUHN, a partir da análise do desenvolvimento da ciência, para esclarecer que o conhecimento científico não evolui de forma *cumulativa e contínua*, mas sim paradigmaticamente. Segundo este autor a ciência se desenvolveria através de duas fases, a fase da ciência normal e da ciência revolucionária. A primeira se manifesta quando o paradigma é aceito pela comunidade científica, momento em que os cientistas, para solucionar os problemas científicos ou quebra-cabeças, utilizam-se das regras e conhecimentos apresentados pelo paradigma vigente. Entretanto, algumas questões permanecerão sem solução, o que pode originar uma crise na ciência normal. A necessidade de resolução desses problemas pendentes faz com que se desenvolva um novo paradigma, instaurando-se, assim, a ciência revolucionária, que ao ser aceita pela comunidade científica torna-se ciência normal. Desse modo, KUHN conclui que a ciência evolui de modo descontínuo e por saltos qualitativos, ou seja, paradigmaticamente.

²⁴ SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*, p. 49.

vazio teórico e a insegurança jurídica que se observam na sociedade, no Estado e na ciência²⁵.

O pós-modernismo²⁶ apresenta-se como uma reação ao mundo moderno, concebido como positivista e racionalista, baseado no progresso linear. Representa o descrédito em relação a qualquer projeto que buscasse a emancipação humana através da tecnologia, da ciência e da razão, requer-se, pois, o abandono da fixidez categórica do Iluminismo. Estamos em um processo de rejeição da razão manipuladora e da intenção de totalidade presentes na modernidade, o qual leva ao pluralismo do mundo pós-moderno.

Tendo suas origens na esfera cultural, especialmente na arquitetura e na pintura, o conceito de pós-modernidade expandiu-se para englobar uma quantidade maior de esferas da sociedade. A questão é que vivemos não apenas em uma cultura pós-moderna, mas em uma sociedade cada vez mais pós-moderna.

A expressão pós-modernidade, empregada para designar este contexto marcado pela transição paradigmática gerada pelo desmoronamento da modernidade, não é aceita pela unanimidade dos pensadores, de modo que seu uso e significação dependem da concepção adotada. Esse estado de transição também recebe outras denominações, Anthony Giddens²⁷ prefere chamá-lo de “modernidade tardia”, Ulrich Beck de “modernidade reflexiva”, e Georges Balandier de “supermodernidade”²⁸. Apesar da variedade de denominações, o termo pós-modernidade parece contar com mais adeptos. A partir dessa diversidade de designações BITTAR apresenta a primeira característica da pós-modernidade: sua incapacidade de gerar consensos²⁹.

²⁵ MARQUES, C. L. A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. *Cidadania e Justiça – Revista da AMB*, p. 239.

²⁶ Segundo KUMAR, não se costuma diferenciar os termos pós-modernidade e pós-modernismo, de modo que ambos são utilizados um pelo outro. Poder-se-ia reservar pós-modernidade para as esferas social e política, enquanto pós-modernismo para a esfera cultural. Entretanto, além de se chocar com o uso tradicional dos termos, deve-se destacar que a pós-modernidade dissolve as linhas divisórias entre as diferentes esferas da sociedade. (KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1997, p. 112-113).

²⁷ “Nós não nos deslocamos para além da modernidade, porém estamos vivendo precisamente através de uma fase de sua radicalização.” (GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 57)

²⁸ BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 30.

²⁹ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 97.

Outra questão não consensual refere-se à determinação do marco inicial dos tempos pós-modernos. O sociólogo SANTOS ressalta que dificilmente é possível estabelecer com precisão o começo e o fim de períodos de transição paradigmática, pois estes são períodos caracterizados pela incerteza.

HABERMAS destaca os anos de 50 e 60, marcados pelo movimento antimoderno, como favoráveis ao florescimento do mundo pós-moderno³⁰, enquanto HARVEY ressalta o período entre o movimento estudantil de maio 1968 e o ano de 1972, representado pelo rompimento com o modelo de desenvolvimento capitalista do pós-guerra, como o início da época pós-moderna³¹.

A pós-modernidade é resultado de um processo histórico e social que se fez sentir. Em certo sentido, representa um contexto temporal surgido após a modernidade. Dessa forma, ela só pode ser um fenômeno que *compreende, supera* ou *implica* a modernidade³².

A transição paradigmática está em processo há um longo tempo, afinal, nenhuma ruptura é operada de um dia para o outro. Ela é resultado de um processo de desmantelamento das crenças, instituições e anseios da modernidade. Cada fator de desgaste da modernidade representou um passo ao mundo pós-moderno.

O espírito pós-moderno instalou-se definitivamente, mas a modernidade não deixa de estar presente em nossas vidas, ainda vivemos em meio a valores, princípios e instituições modernos³³. “Uma certa sensação de instabilidade, de incerteza, de indeterminismo pairam simultaneamente no ar, enquanto fluxos e ondas de determinismo, de estabilidade conservadora, certezas e verdades modernas ainda pairam na atmosfera.”³⁴

Alguns pensadores encaram a pós-modernidade com otimismo, outros com aversão. HARVEY conclui que a pós-modernidade deve ser encarada como

³⁰ HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 05.

³¹ HARVEY, D. *A condição pós-moderna*, p. 44.

³² BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 26.

³³ Em verdade, nossa realidade brasileira compreende pré-modernidade (favelas e comunidades de pescadores); modernidade (desenvolvimento tecnológico e industrial vivido em certas cidades); pós-modernidade (metropolizações, conurbações urbanas dos grandes centros, relações virtuais e desmaterializadas) e; hipermodernidade (pesquisas com células-tronco).

³⁴ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 104.

uma transição positiva, especialmente no que se refere a sua preocupação com a diferença e complexidade de interesses, culturas e lugares³⁵.

Há os pós-modernistas radicais, que afirmam a ruptura pela ruptura, entre os quais citamos Michel Foucault, Jacques Lacan e Jacques Derrida; os pós-modernistas saudosistas, que percebem as mudanças, as negam e reafirmam a modernidade, cujo principal expoente é Habermas; e os pós-modernistas críticos, que constataam as mudanças e as inadequações da modernidade, mas são conscientes de que ela não se realizou completamente, como o sociólogo Boaventura de Souza Santos³⁶.

A pós-modernidade é avessa a definições, somente podendo ser explicada a partir de parâmetros pós-modernos. Destaque-se que há tantas leituras desse fenômeno quantos são os autores que o interpretam (alguns inclusive negando-o)³⁷, havendo, portanto, divergências acerca das suas características.

2.2.1. Características da pós-modernidade

A primeira obra a inaugurar as reflexões sobre a pós-modernidade foi *A condição pós-moderna* de Jean-François Lyotard, publicada em 1979. Conforme mencionado, para o autor os tempos pós-modernos são marcados pela incredulidade em relação às metanarrativas da era moderna.

Segundo ele, a pós-modernidade está relacionada ao nascimento da sociedade pós-industrial, momento em que o conhecimento passa a ser a principal força econômica de produção, a sociedade passa a ser concebida como rede de comunicações lingüísticas e a ciência torna-se apenas *jogo de linguagem*, não

³⁵ HARVEY, D. *A condição pós-moderna*, p.109.

³⁶ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 428.

³⁷ Gilles Lipovetsky, para quem a pós-modernidade nunca existiu pois nunca estivemos além da modernidade, vem anunciando uma nova concepção para a descrição dos tempos atuais: a hipermodernidade - cujo início remonta à década de 50/60 e seu ápice à década de 80 - caracterizada pelo paradoxo entre a cultura do excesso e o elogio da moderação. Para este filósofo a intensificação dos pilares da modernidade - indivíduo, mercado e tecno-ciência - está levando a sociedade contemporânea a uma espiral de harmonia e hipercompetição, recato e hiperpornografia, e assim, a um mundo de ordem e desordem, o chamado *caos organizador*. Agora existe um hiper-indivíduo, hiper-mercado, hiper-ciência. Tudo se torna hiper, é preciso ser mais que moderno. Ver a respeito a entrevista publicada na *Folha de São Paulo*, "O nascimento da hipermodernidade", Caderno Mais!, 14.03.2004, p. 5-7.

possuindo mais a primazia sobre as outras formas de conhecimento, como ocorria na modernidade.

O cenário pós-moderno é essencialmente *cibernético-informático e informacional*. Neste contexto são grandes as tentativas de informatizar cada vez mais a sociedade. Para Lyotard, constata-se na pós-modernidade a heterogeneidade dos jogos de linguagem e a busca do dissentimento; defende, assim, o dissenso como o lugar das invenções.

“Em lugar do universalismo, o fragmentário; em lugar do centralismo, o periférico; em lugar do consenso *omnium*, os regionalismos, em lugar da igualdade, a identidade. Em outras palavras, Lyotard é daqueles que identificam o surgimento de uma nova cultura a partir de novas referências e paradigmas, desmotivados de causas modernas, geralmente fundadas no mito do consenso.”³⁸

As reflexões inauguradas por Lyotard abriram caminho para uma série de discussões posteriores, em que cada pensador apresenta uma visão um pouco diferenciada em relação aos tempos presentes, a era pós-moderna.

Se os tempos modernos representaram um mundo de claras demarcações, a pós-modernidade, por sua vez, é avessa a demarcações, nela faltam delimitações, ela representa um universo de mistura, de indeterminação, de celebração do cruzamento, do híbrido.

Segundo Baudelaire “a modernidade é o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável.”³⁹ Na modernidade há uma conjugação do efêmero, fugidio, fragmentário e do eterno e imutável. O pós-modernismo, em contrapartida, representa uma aceitação ao efêmero e ao fragmentário que constituíam uma metade do conceito baudelaireano de modernidade. Vivemos em tempos de fragmentação, efemeridade, descontinuidade e mudança caótica⁴⁰.

“O pós-modernismo faz a opção pela contingência. E com ela, opta pelo fragmentado, efêmero, volátil, fugaz, pelo acidental e descentrado, pelo presente sem passado e sem futuro, pelos micropoderes, microdesejos, microtextos, pelos

³⁸ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 123.

³⁹ BAUDELAIRE. *The painter of modern life*, 1863. *Apud* HARVEY, D. *A condição pós-moderna*, p. 21.

⁴⁰ HARVEY, D. *A condição pós-moderna*, p. 49.

signos sem significados, pelas imagens sem referentes, numa palavra, pela indeterminação que se torna, assim, a definição e o modo da liberdade.”⁴¹ O efêmero e o volátil reinam em face do permanente e essencial. A paisagem é complexa e fragmentada.

Estamos diante de tempos pós-industriais, marcados pela sociedade da informatização, do teletrabalho, da diversificação dos espaços laborais, bem como da intelectualização das atividades profissionais⁴². Consoante o pensamento de MARQUES:

“A realidade denominada pós-moderna é a realidade da pós-industrialização, do pós-fordismo, da tópicidade, do ceticismo quanto às ciências, quanto ao positivismo, época do caos, da multiplicidade de culturas e formas, do Direito à diferença, da *euforia do individualismo e do mercado*, da globalização e da volta ao tribal. É a realidade da substituição do Estado pelas empresas particulares, de privatizações, do neoliberalismo, de terceirizações, de comunicação irrestrita, da informatização e de um neoconservadorismo. Realidade de acumulação de bens não materiais, de desemprego massivo (Gherzi, 1994, p. 13), de ceticismo sobre o geral, de um individualismo necessário, da coexistência de muitas meta-narrativas simultâneas e contraditórias, da perda dos valores modernos, esculpidos pela revolução burguesa.”⁴³

O abandono das grandes narrativas do projeto moderno deixa o caminho livre para as narrativas modestas, *petits récits*, que são formas de conhecimento consuetudinário ou local, que não dependem de validação externa, sendo, portanto, autolegitimadoras. Ao contrário das alegações científicas das grandes narrativas, elas aceitam o que seria denominado de falso e ilógico pela ciência. Demonstram sensibilidade às diferenças e disposição de tolerar o incomensurável⁴⁴.

Destaque-se que a teoria da pós-modernidade não tem como sua principal característica o anúncio de alguma coisa nova, mas a rejeição do velho, do passado da modernidade. Segundo KUMAR, história e progresso, verdade e razão, ciência e industrialismo, são os termos presentes na modernidade que os pós-modernistas querem jogar no lixo⁴⁵.

⁴¹ CHAUI, Marilena. Público, privado e despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 356.

⁴² BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 169.

⁴³ MARQUES, C. L. A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. *Cidadania e Justiça – Revista da AMB*, p. 240.

⁴⁴ KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*, p. 146.

⁴⁵ KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*, p. 96.

2.2.2. Diversidade em tempos pós-modernos

Os pensadores concebem a pós-modernidade de formas diversas, cada um enfatizando um aspecto que julga mais caracterizador dos novos tempos. Para a maioria deles uma das características mais marcantes deste novo estado de coisas é a diversidade.

Segundo BAUMAN “*Liberdade, igualdade e fraternidade* fizeram o grito de guerra da modernidade. *Liberdade, diversidade e tolerância* constituem a fórmula do armistício da pós-modernidade.”⁴⁶ Para HARVEY o pós-moderno é o espaço da heterogeneidade e da diferença, da fragmentação, indeterminação e da intensa desconfiança dos discursos universais e totalizantes⁴⁷.

Vivemos com a pluralidade, diária e permanentemente. A diferença é considerada boa, devendo ser cultivada. Reina a diversidade, a desordem do mundo, a variedade de opções. Surge a compreensão em face da diferença e alteridade. “No mundo plural e pluralístico da pós-modernidade, toda forma de vida é em princípio permitida.”⁴⁸

Nesse contexto percebe-se a descrença em relação ao universal e a ênfase no regional, no local, na diversidade de identidades e na tolerância. No lugar do certo surge o indeterminado, em lugar do total surge o fragmentário, em lugar do universal, o local.

O pós-modernismo se preocupa com a diferença, com a complexidade de culturas e lugares. Reconhece as múltiplas formas de alteridade, resultantes das diferenças de subjetividade, de gênero, de raça, de classe, bem como da diversidade proveniente de fatores espaciais e temporais.

Destaque-se que no mundo pós-moderno, apesar do reconhecimento da diferença, ainda existe uma busca de pureza. A pós-modernidade também produz os seus estranhos, a diferença é que na era moderna seu destino seria a aniquilação, enquanto na contemporaneidade, eles estão aqui para ficar⁴⁹.

⁴⁶ BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência*, p. 110.

⁴⁷ HARVEY, D. *A condição pós-moderna*, p. 19.

⁴⁸ BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência*, p. 110.

⁴⁹ BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*, p. 43-44.

Em síntese, a realidade pós-moderna é polimorfa, plural e multifacetada. Estamos diante da idéia de pluralismo e ecletismo. O pluralismo pressupõe o respeito à diversidade, surge, assim, na pós-modernidade o direito de ser diferente.

2.2.3. Pós-modernidade, razão e saber

Vivemos em um momento de crise de legitimidade do saber ante o decréscimo do imperialismo da razão instrumental, inventada pela modernidade e associada à utilidade, ao progresso e à ordem. Esse modelo de racionalidade, presente no projeto moderno, pretendia conhecer o mundo, não para contemplá-lo, mas para dominar e transformar.

Na modernidade a dominância dos saberes era representada pela ciência, repleta de certeza, objetividade, neutralidade, comprovação e de teste da realidade observada. Nessa perspectiva o senso comum passou a ser considerado um conhecimento superficial e vulgar e, portanto, falso. Assistiu-se à consagração do cientificismo e a marginalização de outros saberes presentes na sociedade, tais como saber literário, político e religioso⁵⁰.

Um mundo moderno importaria em ordenar e estruturar a natureza, controlando-a, porém, justamente neste laboratório surgiram as condições para a autodestruição da humanidade. Na medida em que a razão torna-se instrumental, a ciência deixa de ser uma forma de acesso a conhecimentos verdadeiros, para tornar-se instrumento de dominação e exploração.

A ingenuidade do projeto da modernidade foi acreditar que se tratava de respostas definitivas para os problemas da humanidade. O ceticismo quanto à ciência, à sua eficácia, universalidade e atemporalidade, leva a uma crise do saber científico em face do saber vulgar, fato que acaba por se refletir na ciência do direito.

A época em que vivemos representa a transição paradigmática entre a ciência moderna, mergulhada em profunda crise, e a ciência pós-moderna. Segundo SANTOS a partir da realidade pós-moderna o conhecimento deixa de estar

⁵⁰ A partir dessas premissas, SANTOS critica a razão ocidental eurocêntrica, indolente e preguiçosa, para a qual há uma monocultura do saber e do rigor, visto que o único saber é o científico. Essa monocultura da ciência ocidental aniquila outros conhecimentos, produzindo um verdadeiro *epistemicídio*: a morte dos conhecimentos alternativos (SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 29)

associado à idéia de progresso, desenvolvimento, certeza, verdade universal, passando a estar relacionado com uma nova visão da ciência, voltada para um conhecimento prudente para uma vida decente, onde a revalorização do senso comum passa a ocupar dimensões maiores⁵¹.

A ciência esteve sempre ligada à modernidade, entretanto, esta crise da razão e do projeto moderno não significa que a ela está em desuso ou mesmo que aos poucos irá perder sua utilidade, em verdade, estamos diante de um redirecionamento de seus usos, visando sua interação com a realidade⁵². De acordo com LYOTARD na pós-modernidade a ciência representa apenas uma espécie de conhecimento, ou seja, passa a ser um subconjunto do conhecimento e não o conhecimento⁵³. Afinal, “a perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem lugar privilegiado.”⁵⁴

Conforme mencionado, estamos diante de uma fase de transição na esfera do saber. Nesse sentido, para VASCONCELLOS enquanto o paradigma da ciência tradicional possui os pressupostos de simplicidade, estabilidade e objetividade, representados por verificação empírica, racionalidade, mundo ordenado, compartimentação do saber, verdade, objetividade e neutralidade; o paradigma emergente da ciência contemporânea apresenta os pressupostos de complexidade, instabilidade e intersubjetividade, uma vez que estamos diante de um contexto de desordem, crise, caos, indeterminação, instabilidade do mundo, devir e múltiplas verdades⁵⁵.

2.2.4. Os abalos da pós-modernidade

O projeto da modernidade, com caráter emancipatório, apostava nas grandes utopias e promessas de igualdade, liberdade, paz e dominação da natureza. A pós-modernidade, por sua vez, apresenta-nos a descrença em relação

⁵¹ SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 79.

⁵² BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 364.

⁵³ LYOTARD, J. *A condição pós-moderna*, p. 35.

⁵⁴ GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*, p. 12.

⁵⁵ VASCONCELLOS, Maria José Esteves. *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*, 2. ed. Campinas: Papirus, 2002, p. 69-73.

às metanarrativas da modernidade, critica as deformações do projeto moderno e sua aplicação da ciência com fins destrutivos. A ciência perdeu o seu poder de dizer a verdade. A razão ocidental está em crise, estamos, pois, diante da crise do racionalismo moderno-iluminista.

As crenças modernas sofreram mudanças, a supervalorização das idéias de ordem e progresso causaram diversas perversidades, fato que alterou o ideal de desenvolvimento a todo custo para o desenvolvimento sustentável; neste contexto a razão instrumental torna-se indefensável. A crença na justiça do mercado, que por atuar livremente garantiria a justiça e o igualitarismo, vem sendo substituída pela idéia de justiça social⁵⁶.

A pós-modernidade, representada pela superação de valores modernos, apresentou progressos e aquisições. “O nosso lugar é hoje um lugar multicultural, um lugar que exerce uma constante hermenêutica de suspeição contra supostos universalismos ou totalidades.”⁵⁷

Estamos diante de um mundo ao mesmo tempo efêmero, volátil, complexo, fragmentado e plural. Vivemos na *era da velocidade*⁵⁸, ambiente no qual reina a diversidade, a heterogeneidade e o dissenso, que passa a ser visto como algo positivo, o lugar das invenções.

Segundo SANTOS os teóricos pós-modernos dividem-se em duas tendências, os pós-modernistas reconfortantes que, considerando não existirem soluções modernas, afirmam que provavelmente não há problemas modernos, assim como não houve antes deles promessas da modernidade, sugerem, portanto, que se aceite e celebre o existente; e os inquietantes ou de oposição que defendem que a “disjunção entre a modernidade dos problemas e a pós-modernidade das possíveis soluções deve ser assumida plenamente e deve ser transformada num ponto de partida para enfrentar os desafios da construção de uma teoria crítica pós-moderna.”⁵⁹

⁵⁶ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 139-141.

⁵⁷ SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*, p. 49.

⁵⁸ BARROSO, Luiz Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). *Revista Diálogo Jurídico*. Salvador, v. I, n. 6, set. 2001, p. 02.

⁵⁹ SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*, p. 29.

A idéia de uma sociedade melhor é central ao pós-moderno de oposição. Segundo SANTOS a pós-modernidade apresenta um horizonte de possíveis futuros alternativos. “Outro mundo é possível, um mundo cheio de alternativas e possibilidades.”⁶⁰

Nesse sentido, o direito deve estar constantemente procurando adequar-se a nossa sociedade cada vez mais pós-moderna, de modo a apresentar alternativas e novas possibilidades que levem à concretização dos anseios desta, em especial à efetiva resolução dos conflitos surgidos no âmbito social.

⁶⁰ SANTOS, B. S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*, p. 38. Em seus primeiros trabalhos SANTOS aderiu à pós-modernidade de oposição, destaque-se, entretanto, que neste livro o sociólogo assume uma posição mais próxima do projeto transmoderno.

3. O DIREITO NA PÓS-MODERNIDADE

O fenômeno da pós-modernidade, sentido inicialmente na esfera cultural, e posteriormente nas esferas política, econômica e social, abalou os conceitos modernos que conduziam a vida e organizavam a sociedade. O direito, não estando distanciado das demais ordens, também se abalou com tais mudanças.

Diante deste novo estado de coisas, os reflexos da pós-modernidade no direito não podem ser negados. Vislumbram-se diversas mudanças na esfera jurídica. Vivemos em tempos de pluralidade de sujeitos, de contratos com regime plúrimo, de valorização do tempo, de respeito à diferença e de grande preocupação com a eficácia dos direitos, especialmente dos direitos humanos. A sociedade e as relações encontram-se cada vez mais despersonalizadas e desmaterializadas, motivo pelo qual os bens imateriais passam a ser os novos objetos dos contratos.

A ordem jurídica monista, baseada na existência de um direito positivo emanado pelo Estado presente ao longo da modernidade, cede lugar à possibilidade de um pluralismo de ordens normativas da vida social. O positivismo jurídico, alienador e redutor, vem sendo superado.

Estas transformações ocorridas no direito, associadas ao fenômeno pós-moderno, refletem a complexidade da vida contemporânea, traduzindo, portanto, as necessidades da sociedade atual.

3.1. DIREITO E MODERNIDADE

A modernidade procurou atribuir ao direito uma sustentação puramente racional. Nesse contexto, formaram-se duas correntes que buscavam fornecer-lhe uma justificação racional: a corrente jusnaturalista e a corrente positivista.

Os direitos naturais, os quais representam uma esfera de liberdade a ser respeitada pelos outros indivíduos e pelo Estado, a partir do movimento de codificação do direito presenciado no século XVIII, passaram a ser incorporados aos ordenamentos positivos.

Com a tendência de positivação de normas escritas superou-se a corrente idealista, e aos poucos o direito ganhou caráter objetivo. “Assim, os direitos passaram a ser procurados nos Códigos, por uma questão de segurança jurídica, em detrimento do valor justiça que permeava o jusnaturalismo.”⁶¹

Com a consolidação da modernidade a lei vai ganhando mais força do que qualquer outra forma de direito, chegando a sufocar a existência das demais. A concorrência entre o direito canônico, direito romano, direito estatal e os costumes bárbaros cedeu lugar à unificação das fontes jurídicas, à concentração do direito no Estado e à positivação do direito aplicável. A consolidação da consciência e espírito modernos está relacionada ao estabelecimento de uma cultura jurídica, a positivista.

O positivismo jurídico⁶², cujo maior expoente foi Hans Kelsen, representa uma concepção de direito tecnicizada e desprovida de conteúdo axiológico, voltada para a idéia de que o direito só pode ser entendido como o direito positivo, legislado⁶³. “Somente o direito positivo, posto e aprovado pelo Estado, é considerado o verdadeiro direito.”⁶⁴ O positivismo acaba por valorizar excessivamente a dogmática do direito. Abandona-se a insegurança do direito natural, passa-se a viver sob o império da lei.

Destaque-se que a idéia de uma ordem jurídica elaborada somente pelo Estado representa a utopia moderna de busca da ordem. A lei apresenta-se como a grande condutora aos ideais de certeza e segurança jurídicas, entretanto, em verdade, ela torna-se uma verdadeira camisa de força para o jurista.

Diante da concepção do direito positivo como única fonte do direito muitos indagam a respeito da suficiência da lei para atender às demandas fundamentais e concretizar a justiça social. Seria a lei suficiente? A ênfase em um direito positivado desprovido de valores acaba afastando o direito da questão da justiça.

⁶¹ CAMBI, Eduardo. Verdade processual objetivável e limites da razão jurídica iluminista. *Gênesis: Revista de Direito Processual Civil*. Curitiba, n. 12, p. 226-243, abr./jun. 1999, p. 230.

⁶² A concepção do positivismo jurídico é uma invenção do século XIX, entretanto, os fatores que possibilitaram sua construção remontam à consolidação da ordem burguesa, à hegemonia econômica do capitalismo, ao racionalismo científico positivista e o liberalismo político, uma vez que estes reclamavam a existência de um direito *seguro, estável, documental, rígido e formal*, capaz de defender os cidadãos dos arbítrios do Estado, bem como de conferir igualdade formal a todos. (BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 78)

⁶³ BARROSO, L. R. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). *Revista Diálogo Jurídico*, p. 17.

⁶⁴ BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico: Lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone: 1995, p. 27-29.

“O fetiche da lei e o legalismo acrítico, subprodutos do positivismo jurídico, serviram de disfarce para autoritarismos de matizes variados. A idéia de que o debate acerca da justiça se encerrava quando da positivação da norma tinha um caráter legitimador da ordem estabelecida. Qualquer ordem.”⁶⁵ “O Direito, a partir da segunda metade do século XX, já não cabia mais no positivismo jurídico.”⁶⁶

Apesar de no século XX terem surgido as legislações e codificações de diversos países, terem se multiplicado as nações democráticas e aumentado os esforços pela paz e conceituação dos direitos humanos, este período é considerado o século das catástrofes, da ameaça do extermínio global, das guerras mundiais e da bomba atômica. Os anseios do projeto moderno desmoronaram.

A insuficiência do positivismo e a desocultação do seu caráter ideológico, seu discurso de legitimação do poder voltado para a institucionalização dos interesses da classe dominante burguesa, proporcionaram a recepção da teoria crítica no mundo jurídico, cuja essência consiste em denunciar a razão instrumental, voltada à exploração, dominação e violência, geradora das inúmeras atrocidades verificadas na modernidade

“Uma das teses fundamentais do pensamento crítico é a admissão de que o Direito possa não estar integralmente contido na lei, tendo condição de existir independentemente da bênção estatal, da positivação, do reconhecimento expresso pela estrutura de poder.”⁶⁷ Neste contexto ao jurista cabe buscar a justiça, mesmo que não a encontre na lei. A teoria crítica reforça a superação da mentalidade positivista e monista do direito presente na modernidade.

3.2. OS REFLEXOS DA PÓS-MODERNIDADE NA CIÊNCIA DO DIREITO

A ciência do direito também sofreu os impactos da crise da razão e dos saberes. Vivemos em tempos de ceticismo quanto a sua capacidade de dar

⁶⁵ BARROSO, L. R. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). *Revista Diálogo Jurídico*, p. 18.

⁶⁶ BARROSO, L. R. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). *Revista Diálogo Jurídico*, p. 19.

⁶⁷ BARROSO, L. R. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). *Revista Diálogo Jurídico*, p. 09-10.

respostas apropriadas aos problemas que perturbam a sociedade atual. A partir do esfacelamento do imperialismo da razão, a ciência jurídica deve ser repensada de modo a superar o positivismo e o dogmatismo jurídico, que ainda se encontram presentes em nossa realidade jurídica.

O direito na modernidade funcionaria como um sistema voltado à busca de ordem, refletida na certeza, conformidade, regramento, controle de desvios e da criminalidade. A codificação e a estrutura positivista no âmbito jurídico levaram a um esvaziamento dos aspectos relativos, lingüísticos e retóricos presentes na discussão jurídica, o que levou à formação da dogmática jurídica. O positivismo e a dogmática engessam a criatividade flexível em prol de ideais de segurança, legalidade, certeza, objetividade e controle⁶⁸.

A pesquisa científica no início do século XXI encontra-se em situação emergencial, visto que ainda mantém padrões de inspiração positivista, estando vinculada ao direito emanado pelo Estado. Os cientistas que consideravam o direito uma ciência social aplicada defendiam que seu estudo devia ater-se ao comentário da legislação positiva⁶⁹.

No contexto atual a pesquisa e estudo do ordenamento jurídico não podem ser realizados tendo-se como base apenas os códigos e leis extravagantes. Devemos tomar consciência da insuficiência destes meios, de modo a superar o positivismo jurídico.

Consoante MARQUES o desafio do presente requer uma “pesquisa renovada, ao mesmo tempo científica e jurídica, plural e tolerante.” Uma pesquisa que comprove que a ciência do direito ainda possui um valor em si mesmo, que o direito ainda pode dar respostas aos problemas da sociedade, e que a ciência do direito, apesar de sua crise de fundamentos, ainda está legitimada a buscar o *justo* e o *eqüitativo*⁷⁰.

Defende-se a pesquisa em direito como contribuição à busca de justiça e à resolução dos conflitos individuais e coletivos atuais, não importando a sua vertente de pensamento, se desdogmatizante ou conservadora. “É necessário

⁶⁸ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 366-367.

⁶⁹ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 370.

⁷⁰ MARQUES, C. L. A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. *Cidadania e Justiça – Revista da AMB*, p. 237-238.

defender o pluralismo de pesquisas e a tolerância científica, única forma de evitar que os radicais *antimodernos* acabem excluindo vários cientistas que poderiam dar alguma contribuição à criação de um Direito adaptado ao novo milênio.”⁷¹

3.3. O DIREITO EM TEMPOS PÓS-MODERNOS

A primeira percepção da ascensão da pós-modernidade e sua projeção no mundo jurídico é a do contexto de crise. Conforme referido, vivemos momentos de crise na ciência jurídica. Os tempos pós-modernos são um desafio para o direito, tempos de ceticismo quanto à capacidade da ciência jurídica de fornecer soluções aos problemas da nossa sociedade, os quais se modificam com uma velocidade assustadora. Rejeitada a verdade jurídica, deslegitimado o direito e suas instituições, cria-se um grande vazio na ciência do direito. MARQUES assevera que:

“para muitos o pós-modernismo é uma crise de desconstrução, de desdogmatização do Direito (Santos, 1989, p. 17), para outros, é um fenômeno de pluralismo e relativismo cultural arrebatador a influenciar o Direito, que aumenta a liberdade dos indivíduos (Friedman, 1994, p. 61), mas diminui o poder da crítica, da evolução histórica (Vattimo, 1996, p. XII) e da verdade no Direito (Foucault, 1996, p. 80), fenômeno contemporâneo à globalização (Jayme, 1995, p. 37) e à perda da individualidade moderna, mas que assegura novos direitos individuais à diferença (Jayme, 1995, p. 37) e aumenta o radicalismo das linhas tradicionais (Gellner, 1992, p. 11).”⁷²

Entretanto, para a autora o pós-modernismo representa apenas uma tentativa de descrever a crise instaurada nas artes, na cultura e nas ciências a partir do final do século XIX, gerada pela rejeição dos ideais modernos de igualdade, liberdade e fraternidade, isto é, o ceticismo sobre o geral, a coexistência de meta-narrativas simultâneas e contraditórias, a perda dos valores modernos, o fim do racionalismo, o vazio teórico e a insegurança jurídica presentes na atualidade.

Para Erik Jayme, os elementos da cultura pós-moderna no direito seriam o pluralismo, a comunicação, a narração, *le retour des sentiments*, sendo o *Leitmotif*

⁷¹ MARQUES, C. L. A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. *Cidadania e Justiça – Revista da AMB*, p. 246-247.

⁷² MARQUES, C. L. A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. *Cidadania e Justiça – Revista da AMB*, p. 239.

da pós-modernidade, a valorização dos direitos humanos⁷³. A comunicação, associada à valorização extrema do tempo e do direito como instrumento de comunicação, seria um valor máximo da pós-modernidade, sendo a nova legitimação do direito e da justiça⁷⁴.

Segundo MARQUES, na pós-modernidade presenciamos um processo de acumulação de bens imateriais e de primazia por um modelo contratual dinâmico e complexo de fazeres. Passamos de um contrato bilateral para o modelo de um contrato múltiplo, triangular ou plúrimo, formado por uma variedade de sujeitos⁷⁵. Neste contexto de relações virtuais, cada vez mais fluídas e instáveis, surge a necessidade de uma doutrina e de uma prática mais adaptada aos desafios atuais da sociedade “desmaterializada”, “depersonalizada” e globalizada dos serviços.

No plano internacional, observa-se a decadência do conceito tradicional de soberania. As fronteiras rígidas cederam espaço aos blocos políticos e econômicos e à circulação de pessoas e mercadorias. No comércio internacional revive-se a *lex mercatoria*, que consagra o primado dos usos e se materializa através de contratos e cláusulas-tipo, jurisprudência arbitral, regulamentações profissionais e princípios gerais comuns às legislações dos países⁷⁶.

A pós-modernidade causou uma série de inovações no direito, abrangendo especialmente o direito internacional, o direito civil e o direito processual civil. Entre os fatores característicos do fenômeno pós-moderno que apresentam reflexos no direito destacaremos dois deles, o tempo e a pluralidade, que em nosso entender redimensionam de modo significativo o pensar jurídico.

⁷³ JAYME, Erik. Identité culturelle et intégration: Le droit internationale privé postmoderne. *Recueil de Cours de l'Académie de Droit International de la Haye*, v. II, 1995, p. 36. *Apud.* MARQUES, C. L. A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. *Cidadania e Justiça – Revista da AMB*, p. 240-241.

⁷⁴ MARQUES, C. L. A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. *Cidadania e Justiça – Revista da AMB*, p. 243.

⁷⁵ MARQUES, Claudia Lima. Contratos bancários em tempos pós-modernos: primeiras reflexões. *Revista do Consumidor*. São Paulo, n. 25, jan./mar. 1998, p. 24-25.

⁷⁶ BARROSO, L. R. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). *Revista Diálogo Jurídico*, p. 03.

3.3.1. O tempo na pós-modernidade

Segundo HARVEY a partir de 1972 passaram a ocorrer mudanças nas práticas culturais e político-econômicas, mudanças estas relacionadas com a nova maneira pela qual passamos a experimentar o tempo e o espaço, as quais levaram ao surgimento da pós-modernidade⁷⁷. Rompe-se com a ordem temporal, rejeitando-se a idéia de progresso e o sentido de continuidade e memória histórica presente na modernidade.

A rejeição pós-moderna da grande narrativa desvaloriza o passado, o qual deixa de ser uma história na qual podemos nos situar. O mundo pós-moderno é um mundo de presente eterno, sem passado ou futuro, um mundo onde tudo é temporário e mutável⁷⁸.

Na pós-modernidade as condições de comunicação alteraram-se, os sistemas de comunicação por satélite implementados a partir da década de 70 tornaram o custo unitário e o tempo da comunicação independentes da distância⁷⁹. O mundo encontra-se extremamente conectado, os países e as empresas comunicam-se e interagem com uma velocidade assustadora.

Segundo HARVEY a modificação do modo pelo qual passamos a conceber o espaço e o tempo está relacionada com a transição do fordismo para a acumulação flexível. Após a crise de 1973 acelerou-se a produção através de mudanças organizacionais tais como subcontratação, transferências de sede e contratos temporários. Novos sistemas de comunicação associados com racionalizações nas técnicas de distribuição proporcionam a rápida circulação das mercadorias, surge o sistema da produção *just-in-time*, que reduz os estoques⁸⁰.

Esta aceleração dos tempos de giro do capital criou particulares maneiras de pensar, sentir e agir no homem pós-moderno. Acentuaram-se a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, valores. No que se refere à produção de mercadorias, vislumbra-se a ênfase nas virtudes da instantaneidade e da descartabilidade. As pessoas tiveram que se acostumar com a instantaneidade, a

⁷⁷ HARVEY, D. *A condição pós-moderna*, p. 07.

⁷⁸ KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*, p. 155-157.

⁷⁹ HARVEY, D. *A condição pós-moderna*, p. 264.

⁸⁰ HARVEY, D. *A condição pós-moderna*, p. 257.

descartabilidade e a presença constante de novidades, fato que gera uma diversidade de valores numa sociedade em vias de fragmentação⁸¹.

“Os objetos são descartáveis, as relações pessoais e sociais têm a rapidez vertiginosa do fast food, o mercado da moda é dominante e a moda, regida pelas leis de um mercado extremamente veloz quanto à produção e ao consumo.”⁸² Estamos vivendo em um mundo efêmero e fragmentado. Não se pode viver, nem pensar a não ser em fragmentos de tempo⁸³.

“Tempo e espaço foram de tal modo comprimidos pelos satélites de telecomunicações e pelos meios eletrônicos, assim como pelos novos transportes, que o tempo tornou-se sinônimo de velocidade e o espaço, sinônimo da passagem vertiginosa de imagens e sinais.”⁸⁴

Vivemos em tempos de efemeridade e mudança caótica. A sociedade pós-moderna passa a ser representada pela era da velocidade, sociedade na qual os problemas surgem como uma velocidade assustadora, demandando, portanto, soluções cada vez mais velozes e eficazes.

Nesse contexto, o sistema jurídico deve atuar de modo a proporcionar a resolução dos conflitos de interesses da forma mais tempestiva possível. Em tempos velozes como os representados pela era pós-moderna não faz sentido admitir delongas judiciais em prol de uma eterna busca da verdade dos fatos. Os tempos pós-modernos representam um período de valorização extrema do tempo, motivo pelo qual não há mais como se admitir delongas injustificáveis na prestação jurisdicional pelo Estado.

3.3.2. Pluralismo e diversidade

Uma das características mais marcantes na pós-modernidade é o pluralismo, fenômeno que também se refletiu na esfera jurídica. O pluralismo no direito, segundo JAYME, manifesta-se na multiplicidade de fontes legislativas a regular o mesmo fato, no pluralismo de sujeitos a proteger, na pluralidade de

⁸¹ HARVEY, D. *A condição pós-moderna*, p. 258.

⁸² CHAUI, M. Público, privado e despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Ética*, p. 347.

⁸³ HARVEY, D. *A condição pós-moderna*, p. 263.

⁸⁴ CHAUI, M. Público, privado e despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Ética*, p. 347.

agentes presentes na mesma relação jurídica, no pluralismo dos direitos assegurados, no direito à diferença e ao tratamento diferenciado dos diferentes⁸⁵. O pluralismo jurídico pressupõe o respeito à diversidade, o direito a ser diferente⁸⁶.

As primeiras reflexões a respeito da pós-modernidade indicavam que a despersonalização das relações - iniciada com as relações massificadas de adesão - levaria ao surgimento de “contratos sem sujeito” ou mesmo à “morte do sujeito”. Em verdade, na pós-modernidade o sujeito de direitos não morreu, nem desapareceu, ele foi “re-significado”. Este sujeito qualificou-se com direitos e multiplicou-se, hoje temos sujeitos individuais, sujeitos homogêneos, coletivos e difusos, em um verdadeiro “pluralismo de sujeitos”⁸⁷.

A transição da pós-modernidade reforça a necessidade do abandono da concepção do sujeito de direito, tradicionalmente concebido como o sujeito de direitos e deveres na ordem civil centrado no indivíduo, visto que os conflitos deixaram de ser individuais, passando a ser transindividuais, fato que motivou a modificação das formas tradicionais de tratamento das demandas. Superou-se o conceito de sujeito individual de direitos para alcançar um conceito mais flexível de sujeito de direitos.

No contexto pós-moderno de tolerância e pluralidade, alguns autores ressaltam a existência da possibilidade de uma pluralidade de ordens normativas. Verifica-se o surgimento de uma contracultura do direito inoficial como forma alternativa de solução de conflito, o pluralismo de ordenamentos da vida social. Não há mais como sustentar o monismo jurídico e o pensamento positivista do período moderno.

Segundo SANTOS, o Estado nunca teve o monopólio do direito, pois, por um lado os mecanismos do sistema mundial atuando num plano supra-estatal desenvolveram as suas próprias leis, as quais se subrepuseram às leis nacionais. Por outro lado sempre existiram outras formas de direito infra-estatal (ordens

⁸⁵ JAYME, Erik. Identité culturelle et intégration, p. 36. *Apud* MARQUES, Claudia Lima. A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. *Cidadania e Justiça – Revista da AMB*, p. 241.

⁸⁶ JAYME, Erik. Pós-modernismo e direito da família. *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, v. LXXVIII, 2002, p. 210 e 214.

⁸⁷ MARQUES, Claudia Lima. Direitos básicos do consumidor na sociedade pós-moderna de serviços: O aparecimento de um sujeito novo e a realização de seus direitos. *Revista de Direito do Consumidor*. São Paulo, n. 35, jul./set., 2000, p. 69-70.

jurídicas locais) regendo determinadas relações sociais e interagindo com o direito estatal. Entretanto, a existência destas ordens sempre foi negada pelo direito estatal.

Consoante o autor, o direito estatal sempre foi apenas uma dessas ordens jurídicas presentes na sociedade, pois o Estado nunca teve o monopólio do direito. “Circulam na sociedade, não uma, mas várias formas de direito ou modos de juridicidade. O direito oficial, estatal, que está nos códigos e é legislado pelo governo ou pelo parlamento, é apenas uma dessas formas, se bem que tendencialmente a mais importante.”⁸⁸

“A rejeição arbitrária da pluralidade de ordens jurídicas eliminou ou reduziu drasticamente o potencial emancipatório do direito moderno.”⁸⁹ Na modernidade assistiu-se à redução do conhecimento à ciência e do direito à lei emanada pelo Estado. A crítica desta “ortodoxia conceptual” reconheceu que na sociedade há uma pluralidade de formas de conhecimento e de ordens jurídicas⁹⁰.

Embora sempre tenha existido uma pluralidade de ordens jurídicas, apenas o direito oficial era reconhecido. No contexto dos tempos pós-modernos, em que reina o pluralismo e a diversidade, a tolerância e a multiplicidade de formas e caminhos, urge o reconhecimento das demais ordens jurídicas presentes em nossa sociedade. Afinal, vivemos em uma época de *porosidade*, de um *direito poroso* composto de múltiplas redes de ordens jurídicas⁹¹.

Em tempos pós-modernos não há mais como negar a pluralidade de ordenamentos da vida social. O monismo jurídico, baseado na dogmática jurídica estatal resguardada pela cientificidade e segurança, não foi capaz de solucionar os problemas surgidos em nossa sociedade. Diante desta crise o pluralismo ressurge como forma de orientar a complexidade dos conflitos e questões surgidos na sociedade atual.

⁸⁸ SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*, p. 204-205.

⁸⁹ SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*, p. 171-172.

⁹⁰ SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*, p. 191.

⁹¹ SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*, p. 261.

4. COMPREENSÃO DA VERDADE E DO TEMPO NO DIREITO PÓS-MODERNO

Desde há muito, a idéia de verdade está intimamente relacionada à noção de justiça, nesse sentido a verdade assumiu o papel de legitimadora da atividade jurisdicional. Uma decisão judicial justa seria aquela alcançada através da busca da verdade dos fatos.

Com base nessas premissas os processos judiciais passaram a valorizar excessivamente a atividade probatória, uma vez que as provas permitiriam conhecer os fatos ocorridos na realidade a assim realizar a correta aplicação do direito. Afinal, para que a decisão seja justa é preciso investigar os fatos ocorridos no mundo concreto, sob os quais incidirá a regra jurídica.

Entretanto, este ideal de busca da verdade gerou uma significativa demora na prestação jurisdicional, pois os processos passaram a contar com infundáveis instruções probatórias, de modo que as decisões judiciais, em grande parcela dos casos, passaram a ser extemporâneas.

Considerando as necessidades da sociedade atual, cada vez mais pós-moderna, e os reflexos de um mundo onde tudo acontece com uma velocidade assustadora, não há mais como se admitir processos judiciais intermináveis. Vivemos em tempos que requerem efetividade processual, especialmente no que se refere à duração das demandas. O ideal de verdade a ser buscado no processo deve ser redimensionado, uma vez que nos tempos atuais, uma decisão justa, além de pautada na verdade, deve atender aos anseios de tempestividade⁹².

4.1. A VERDADE E A PÓS-MODERNIDADE

A pós-modernidade alterou muitos valores presentes em nossas vidas, causando fortes abalos sobre os conceitos modernos que conduziam a vida e organizavam a sociedade. Conforme demonstrado, a crise gerada pelo fenômeno

⁹² Esclarecemos que no presente trabalho optou-se por delimitar a análise dos temas referentes à verdade e ao tempo na disciplina processual civil, especialmente no processo de conhecimento, uma vez que a natureza do presente trabalho não permite uma análise acurada dos temas em relação às demais disciplinas processuais.

pós-moderno também se refletiu no mundo jurídico, repercutindo em diversas esferas do direito, em especial no processo civil.

O descrédito em relação ao projeto moderno derivou especialmente da crise de sua razão instrumentalizadora, que pretendia dominar e controlar a natureza, e da crise da ciência, considerada o único conhecimento verdadeiro presente na era moderna. Este contexto de crise da razão e da ciência modernas leva à crise da verdade.

Considerando que a verdade é reconhecida como pressuposto legitimador da atividade jurisdicional, uma vez que uma decisão justa deve ser pautada na verdade dos fatos, no presente trabalho busca-se verificar de que forma a pós-modernidade supera este contexto de crise, e assim, qual concepção de verdade poderia ser aplicada ao processo de conhecimento.

4.1.1. A relação entre verdade e justiça

A idéia de verdade há muito tempo está intimamente ligada à noção de justiça, razão pela qual assumiu o papel de legitimadora da atividade jurisdicional. A partir desta premissa, o processo, como forma de exercício do poder jurisdicional, passou a ter a concretização da justiça baseada na apuração da verdade como pressuposto legitimador.

Entretanto, para entendermos este papel assumido pela verdade na esfera jurisdicional, é necessária a compreensão do que se entende por verdade. Em diversos casos os fatos operados na realidade, os quais são apreendidos dentro do contorno das possibilidades humanas e trazidos ao processo dentro dos limites impostos pela própria jurisdição, não são decisivos para a resposta apresentada no âmbito processual. A verdade não é mera apreensão da realidade, haja vista que possui contornos proporcionados por valores éticos e políticos presentes em determinada sociedade, eis que o sujeito que apreende os fatos está inserido em um contexto social⁹³.

⁹³ A temática da verdade não está desvinculada da questão do poder. De acordo com Foucault pode-se dizer que a verdade está circularmente ligada aos sistemas de poder e não existe sem o poder ou fora dele. Ressalte-se, entretanto que devido às limitações deste trabalho não serão abordadas as relações entre a verdade e o poder. (FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 14)

Ao juiz, no processo de conhecimento, cabe determinar a norma jurídica a ser aplicada ao caso concreto, para tanto, faz-se necessária a reconstrução dos fatos a ele narrados. Partindo-se do pressuposto de que o conhecimento dos fatos ocorridos na realidade é essencial para a aplicação do direito, nada seria mais natural do que a eleição da busca da verdade substancial como um princípio norteador do processo. No entanto, a noção de verdade é meramente utópica e ideal, enquanto absoluta, uma vez que a essência da verdade não pode ser atingida⁹⁴.

A reconstrução de um fato ocorrido no passado sofre influência de aspectos subjetivos das pessoas que o presenciaram, ou mesmo do juiz, que deverá valorar sua evidência concreta. Assim, o magistrado jamais poderá afastar a possibilidade de que as coisas tenham ocorrido de forma diferente daquela a que as suas impressões o levaram⁹⁵.

A relação entre processo e verdade apresenta certas particularidades, haja vista que as regras sobre a prova judicial regulam os meios que podem ser utilizados pelo juiz na descoberta da verdade, e ao mesmo tempo, limitam a atividade probatória ao não admitirem certos meios de prova ou condicionarem sua eficácia a formalidades.

Apesar da prova estar voltada à reconstrução dos fatos, existe uma série de limitações que impede que esta reconstrução corresponda à realidade. Há situações em que o ordenamento jurídico restringe a utilização de certos meios de prova, taxando-os de ilegais e ilegítimos, o que dificulta o conhecimento dos fatos⁹⁶. Observa-se que o compromisso do direito e do processo com a verdade não é tão inflexível como aparenta⁹⁷.

“É necessário estar ciente das limitações da prova o que certamente conduzirá à formação da consciência da impossibilidade da eternização de sua

⁹⁴ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. *Manual do Processo de Conhecimento*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 249 e 251.

⁹⁵ ARENHART, S. C.; MARINONI, L. G.. *Manual do Processo de Conhecimento*, p. 252.

⁹⁶ CAMBI, Eduardo. *Direito constitucional à prova no processo civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 55.

⁹⁷ ARENHART, S. C.; MARINONI, L. G. *Manual do Processo de Conhecimento*, p. 253.

produção para um utópico e impossível encontro da verdade, logrando-se, daí, maior efetividade ao processo.”⁹⁸

4.1.2. A busca da verdade e as concepções de verdade

A busca da verdade, o desejo do verdadeiro, faz parte da história humana. Esta busca pelo verdadeiro pode estar relacionada a uma decepção, a uma dúvida, a uma perplexidade, a uma insegurança ou, a um espanto e uma admiração diante de algo novo⁹⁹.

A atitude filosófica surge quando dizemos não aos conhecimentos e crenças do senso comum e passamos a buscar a verdade, por esse motivo, para o filósofo Sócrates a primeira verdade filosófica consiste em dizer: “*Sei que nada sei*”. Para Platão a filosofia e a busca da verdade começam com a admiração, enquanto para Aristóteles, iniciam-se com o espanto¹⁰⁰.

Segundo CORBISIER a razão de ser da filosofia é a busca da verdade¹⁰¹. Para este pensador a busca pelo verdadeiro não se restringe ao âmbito da teoria do conhecimento, uma vez que está condicionada a pressupostos ou condições de possibilidade, entre os quais estão os pressupostos éticos e políticos. Quanto à ordem ética, a enunciação da verdade exige do sujeito a virtude da coragem, quanto à ordem política, requer um sujeito situado e datado, e um regime político que assegure sua liberdade¹⁰².

Ressalte-se que a verdade resulta de um processo temporal, ou seja, não é algo definitivo; embora a essência ou conceito alcançados sejam considerados válidos e satisfatórios, nem por isso a verdade deixa de estar sujeita ao “processo de revisão crítica em que consiste a história da filosofia.”¹⁰³ Nessa busca pelo verdadeiro, a filosofia é herdeira de três concepções da verdade, provenientes da

⁹⁸ ARENHART, S. C.; MARINONI, L. G. *Manual do Processo de Conhecimento*, p. 261.

⁹⁹ CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 12. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001, p. 90-91.

¹⁰⁰ CHAUI, M. *Convite à filosofia*. p. 12.

¹⁰¹ CORBISIER, Roland. *Filosofia, Política e Liberdade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 33.

¹⁰² CORBISIER, R. *Filosofia, Política e Liberdade*, p. 86-88.

¹⁰³ CORBISIER, R. *Filosofia, Política e Liberdade*, p. 69.

cultura grega, da cultura latina e da hebraica, correspondendo, respectivamente, às palavras *aletheia*, *veritas* e *emunah*¹⁰⁴.

Na língua grega, a palavra que corresponde à verdade é *aletheia*, a qual significa manifestação, desvelamento do ser, o que se mostra em si mesmo, portanto, o não-oculto, não-encoberto, não-dissimulado. O verdadeiro é aquilo que está evidente para a razão, é o que pode ser visto e percebido por ela, assim, opõe-se ao falso, *pseudos*, que é o velado, escondido, dissimulado.

De acordo com essa concepção, a verdade é uma característica das coisas e a verdade está nas próprias coisas, assim, *aletheia* se refere ao que as coisas são. Conhecer é constatar a verdade que está na própria realidade, isto é, a verdade depende de que a realidade se revele, enquanto a falsidade depende de que ela se oculte em aparências.

Deve-se destacar que no pensamento grego, além da concepção *aletheia*, apresentada pelos pré-socráticos, também surgiu, a partir do pensamento platônico, a noção de *homoiosis*, que significa semelhança, correção, *mimesis*. Segundo essa noção a verdade passa a ser considerada como correção, ou seja, a adequação entre o que se vê e o que de fato foi visto, a idéia formada a respeito do ente, assim, a verdade não requer apenas o desocultamento do ente, mas também a capacidade de ver corretamente¹⁰⁵.

Na língua latina, verdade corresponde à *veritas* e se refere ao rigor e à exatidão de um relato, ou seja, à descrição fiel de um fato que aconteceu. Nessa concepção o verdadeiro está associado à linguagem, a qual, através de enunciados, é capaz de relatar de modo preciso e rigoroso como os fatos aconteceram na realidade. Dessa forma, um relato será considerado verdadeiro quando a linguagem pronunciar fatos reais. Observa-se, portanto, que *veritas* se refere aos fatos que foram.

A veracidade de um relato, além de depender da correspondência do enunciado com fatos que realmente aconteceram, está condicionada pela memória de quem o profere. Verifica-se que, nesse caso, o verdadeiro opõe-se à mentira e à

¹⁰⁴ Nesse sentido ver Marilena Chaui, *Convite à filosofia*, p. 89.

¹⁰⁵ HEIDEGGER, Martin. *Introdução à Metafísica*. Apresentação e tradução de Emmanuel Carneiro Leão. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999. p. 204-206.

falsificação. Enquanto para a *aletheia* a verdade está nas próprias coisas, para a concepção de *veritas* são os relatos e enunciados sobre as coisas e fatos que são verdadeiros ou falsos.

Na língua hebraica verdade é *emunah*, palavra de mesma origem que amém, que significa *assim seja*. Nessa concepção a verdade representa a crença e a confiança nas pessoas ou em Deus, de modo que estes passam a serem considerados verdadeiros ou falsos. Uma pessoa ou um Deus verdadeiro será aquele que é fiel às suas promessas, aquele no qual se pode confiar plenamente. Segundo esse pensamento a verdade está associada com a esperança e a confiança de que o pacto seja cumprido, de que aquilo que foi prometido por Deus ou por alguém irá concretizar-se, ou seja, *emunah* se refere às ações e as coisas futuras.

A nossa concepção de verdade é uma síntese dessas três tradições, isto é, refere-se às coisas presentes na realidade, conforme a concepção de *aletheia*, aos fatos passados e relatados através de enunciados lingüísticos, como na *veritas*, e à confiança de que aquilo que foi prometido se concretize no futuro, consoante a noção de *emunah*. As concepções de verdade apresentadas não existem isoladamente, o que se pode afirmar é que em cada cultura, em determinado momento histórico, uma dessas concepções tornou-se predominante.

4.1.3. Teorias acerca do conhecimento verdadeiro

Das concepções de verdade apresentadas se originaram diversas teorias acerca do conhecimento verdadeiro, desde a antiguidade aos tempos atuais, e que podem ser sintetizadas como segue¹⁰⁶.

Quando predomina a concepção grega, considera-se que a verdade está nas coisas e que o conhecimento verdadeiro é a percepção intelectual dessa verdade. Segundo essa teoria, o conhecimento verdadeiro é resultado da apreensão das coisas, que se mostram em si mesmas, desocultadas, e evidentes ao homem (*aletheia*), e da correspondência entre a coisa apreendida e a idéia que se formou a partir dela no intelecto humano (*homoiosis*).

¹⁰⁶ CHAUI, M. *Convite à filosofia*, p. 99-100.

Para a teoria da evidência e da correspondência a verdade é a conformidade entre nosso pensamento e a realidade pensada, ou seja, o critério para que algo seja considerado verdadeiro é a *adequação do intelecto à coisa, ou da coisa ao intelecto*.

Quando predomina a concepção *veritas*, a verdade está relacionada ao rigor no uso das regras da linguagem, a qual deve exprimir nossas idéias e os fatos de modo coerente. O critério da verdade é representado pela coerência interna ou pela coerência lógica das idéias que compõem um raciocínio. O verdadeiro provém da *validade lógica dos argumentos*.

Para a concepção latina da verdade, o falso ou o verdadeiro está nos relatos, assim, o problema da verdade deslocou-se para o campo da linguagem. O verdadeiro neste caso, que consiste na conformidade entre o relato e os fatos acontecidos que estão sendo relatados, além de estar condicionado à linguagem, também está condicionado ao nosso querer¹⁰⁷.

Na teoria em que predomina a *emunah* a verdade está condicionada à existência de um acordo entre os membros de uma comunidade, através do qual são estabelecidas convenções universais sobre o conhecimento verdadeiro que deverão ser acatadas por todos. Agora, o critério para a obtenção da verdade é o consenso, o qual depende da confiança recíproca entre os membros da comunidade. Segundo esta teoria, para que os resultados das pesquisas científicas sejam considerados verdadeiros eles devem ser avaliados pelos membros da comunidade, os quais poderão lhes conferir ou não a atribuição de verdade.

Além das teorias acerca do conhecimento verdadeiro baseadas nas concepções de verdade advindas das línguas grega, latina e hebraica, existe uma quarta teoria que se diferencia das mencionadas por adotar um critério prático. Esta quarta teoria, conhecida como teoria pragmática, considera algo verdadeiro através da verificabilidade dos resultados, isto é, um conhecimento é considerado verdadeiro por seus resultados e suas aplicações práticas, os quais serão verificados pela experiência¹⁰⁸. Para esta teoria, a verdade deve ter como critério sua eficácia ou

¹⁰⁷ CHAUI, M. *Convite à filosofia*. p. 102.

¹⁰⁸ Segundo Cambi a concepção pragmática da verdade está presente nas ciências positivistas que, sendo fundadas na razão iluminista, exigem como critério de veracidade a verificabilidade. Neste contexto, na ciência do Direito o silogismo passou a ser considerado como a forma lógica de

utilidade, desta forma, um conhecimento é verdadeiro não só quando explica alguma coisa ou algum fato, mas quando permite retirar consequências práticas e aplicáveis¹⁰⁹.

Na teoria da evidência e da correspondência as coisas e as idéias são consideradas verdadeiras ou falsas, na teoria da coerência e na teoria consensual, os enunciados, os argumentos e as idéias é que são julgados verdadeiros ou falsos, por sua vez, na teoria pragmática são os resultados que recebem a denominação de verdadeiros ou falsos.

4.1.4. A verdade e os Paradigmas da Filosofia

Considerando a importância do estudo interdisciplinar da disciplina processual civil e da filosofia, as concepções de verdade serão rearticuladas com os paradigmas da filosofia, de modo a permitir uma melhor compreensão acerca da busca da verdade no processo civil.

A história da filosofia tem sido classificada a partir do conceito de paradigma, proveniente da história da ciência, de modo que, segundo HABERMAS, os períodos históricos seriam divididos em *paradigma do ser*, da *consciência* e do *agir comunicativo*¹¹⁰. Nesse contexto paradigmático pode-se afirmar que diferentes correntes filosóficas desenvolveram seu pensamento a partir de uma mesma moldura¹¹¹.

Na filosofia grega, o mundo é compreendido a partir de uma *leitura ontológica*; o sentido e a forma dos entes são compreendidos a partir do ser, tem-se, pois, o ser como fundamento. Apesar da diferença de concepção, enquadram-se no

aplicação do Direito. (CAMBI, E. Verdade processual objetivável e limites da razão jurídica iluminista. *Gênesis: Revista de Direito Processual Civil*, p. 228 e 230)

¹⁰⁹ CHAUI, M. *Convite à filosofia*, p. 105.

¹¹⁰ HABERMAS, Jürgen. *Pensamento Pós-metafísico*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002, p. 21-22.

¹¹¹ O filósofo argentino Enrique Dussel enfatiza a necessidade da inclusão do paradigma *da vida concreta de cada sujeito* na divisão paradigmática da história da filosofia do ocidente. Para ele os paradigmas do ser, consciência e agir comunicativo inserem-se na lógica da totalidade, excluindo, assim, a possibilidade de uma fundamentação a partir da exterioridade. Assevera a necessidade de interpretar a história mundial a partir da exterioridade latino-americana, destruindo, assim, o “pensar de dentro” do pensamento europeu. (LUDWIG, Celso Luiz. *Para uma Filosofia Jurídica da Libertação: Paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006, p. 155)

paradigma do ser os seguintes pensadores: Parmênides, Heráclito, Platão, Aristóteles, Plotino, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

Platão, a partir da superação da tese da unidade e imutabilidade do ser, apresentada por Parmênides, e sua antítese da multiplicidade e mudança, concebida por Heráclito, apresenta o ser como idéia. A filosofia platônica introduz uma divisão no mundo, apresentando-nos o mundo sensível, das coisas ou aparências, apreensível pelos sentidos, e o mundo inteligível, compostos pelas idéias ou essências. O conhecimento do sensível compreende a mobilidade e multiplicidade, enquanto o inteligível abrange a identidade e imutabilidade. O mundo inteligível, formado pelas idéias ou essências, eternas e universais, é aquele que compreende o verdadeiro ser, assim, o *ser é idéia*¹¹².

Segundo Platão as idéias ou essências das coisas não se encontram nas próprias coisas, e sim fora delas, no mundo das idéias. Desse modo, conhecer não consiste em retirar das coisas suas essências, mas em recordar-se delas ao apreciar suas cópias ou sombras, consoante a hipótese da reminiscência. A teoria platônica transfere a realidade, ou a verdade, do mundo sensível para o mundo inteligível, e assim, a contemplação da verdade somente é possível através do acesso ao mundo das idéias¹¹³.

De acordo com a teoria platônica a verdade seria eterna e imutável, cabendo ao homem apenas observar a aparência das coisas, apreensível pelos sentidos, e fazer sua adequação com o mundo inteligível, alcançando, assim, uma visão correta e verdadeira dos objetos. Na língua grega a palavra que representa essa concepção de verdade é *homoiosis*.

Para Aristóteles o *ser se predica de vários modos*, sendo *substância, unidade de matéria e forma*, ou seja, o real¹¹⁴. Para ele as essências estão nas próprias coisas, não são transcendentais como sustentava Platão, e sim imanentes às coisas. O ser não está no mundo metafísico das idéias, mas no mundo físico, apreensível por meio de nossos sentidos. Dessa forma, conhecimento não consiste

¹¹² LUDWIG, C. L. *Para uma Filosofia Jurídica da Libertação*, p. 30.

¹¹³ CORBISIER, R. *Filosofia, Política e Liberdade*, p. 34.

¹¹⁴ LUDWIG, C. L. *Para uma Filosofia Jurídica da Libertação*, p. 36

em lembrar-se, e sim em retirar, *pela inteligência*, o conteúdo inteligível presente na realidade sensível¹¹⁵.

Para este pensador conhecer é atribuir predicados ou atributos a um sujeito, e assim, o juízo verdadeiro consistirá na sua conformidade ou adequação com a realidade a que se refere. “O juízo é, pois, a operação por meio da qual a inteligência desvela, descobre ou revela a realidade, mostrando-nos a conveniência ou não de determinado atributo, propriedade ou predicado, a determinado sujeito.”¹¹⁶ De acordo com seu pensamento, o conhecimento e a verdade são atingidos através da adequação do intelecto e da realidade, *adequatio intellectus et rei*, como se dirá mais tarde, na expressão latina da escolástica medieval.

Observa-se que no paradigma do ser, apesar das diferenças entre os mencionados pensadores, a verdade é uma característica das coisas e o verdadeiro está nas próprias coisas, sendo que o modo para se atingir o saber verdadeiro consiste na revelação e desvelamento do ser, consoante a concepção grega da verdade representada pela palavra *aletheia*, bem como na adequação entre o intelecto e a coisa pensada, noção apresentada pela palavra grega *homoiosis*.

Na modernidade, o paradigma predominante é o do sujeito, temos, pois, uma mudança paradigmática que desloca a evidência, antes focada no ser, para a consciência. O fundamento do pensar concentra-se na consciência, no sujeito. São representantes deste paradigma Descartes, Kant, Fichte, Schelling e Hegel.

Descartes, com sua expressão *cogito, ergo sum*, é considerado o fundador da filosofia moderna. Em seu método o essencial é a dúvida, de forma que para se atingir a verdade é preciso submeter tudo à dúvida. O fundamental dessa metodologia é que ao se colocar tudo em dúvida não é possível duvidar da própria dúvida. Assevera CHAUI que “a consciência do pensamento aparece, assim, como a primeira verdade indubitável que será o alicerce para todos os conhecimentos futuros.”¹¹⁷

Para ele a presença da dúvida ou de um *sujeito pensante* representa a primeira certeza, isto é, desloca o fundamento da certeza do objeto para o sujeito, da realidade para a consciência. Nessa certeza fundamental as idéias que

¹¹⁵ CORBISIER, R. *Filosofia, Política e Liberdade*, p. 71

¹¹⁶ CORBISIER, R. *Filosofia, Política e Liberdade*, p. 72.

¹¹⁷ CHAUI, M. *Convite à filosofia*, p. 93.

parecessem claras e distintas deveriam ser consideradas verdadeiras, assim a verdade consiste na certeza do sujeito¹¹⁸. Através do *cogito* cartesiano o mundo e as coisas são compreendidos como idéias, assim, até mesmo aquilo que não aparente ser pensamento, reduz-se em ser pensado, em idéia¹¹⁹.

Kant, ao indagar sobre as condições e possibilidades da razão, realizou a revolução copernicana do conhecimento, consagrando a autonomia do sujeito cognoscente. Para a teoria kantiana a razão representa uma estrutura *a priori*, anterior à experiência, sendo, portanto, uma forma vazia, sem conteúdos. A estrutura da razão é inata e universal, enquanto seus conteúdos são empíricos e particulares. A razão é constituída por três estruturas *a priori*, a estrutura ou forma da sensibilidade, a estrutura ou forma do entendimento, e a estrutura ou forma da razão propriamente dita¹²⁰.

O conhecimento para Kant consiste na apreensão de um material sensível, proporcionado pela experiência e em sua inclusão nas formas *a priori* da sensibilidade e nas categorias *a priori* do entendimento, presentes no sujeito cognoscente. A razão não está nas coisas, mas em nós. O objeto em si mesmo não pode ser conhecido, sendo que a verdade das coisas é fornecida pelo sujeito cognoscente¹²¹. Vislumbra-se, assim, a superação da compreensão da verdade como *adequatio intellectus et rei*.

Conforme observado, na concepção paradigmática da consciência o sujeito adquire autonomia, passando a condição de fundamento, ponto de partida e limite de tudo. A verdade passa a ser fruto da razão humana. Desse modo, neste paradigma predomina a concepção de verdade latina, *veritas*, ou seja, o conhecimento verdadeiro e a verdade são resultado da coerência interna e lógica do raciocínio apresentado pelo sujeito.

O paradigma da linguagem, que se consolidou na segunda metade do século XX, ao eleger a linguagem como fundamento de todo o pensar, representou uma reviravolta na filosofia. Essa transformação que partindo da consciência chega à linguagem é fundamental, uma vez que altera o procedimento em relação à

¹¹⁸ CORBISIER, R. *Filosofia, Política e Liberdade*, p. 73.

¹¹⁹ LUDWIG, C. L. *Para uma Filosofia Jurídica da Libertação*, p. 57.

¹²⁰ LUDWIG, C. L. *Para uma Filosofia Jurídica da Libertação*, p. 58-59.

¹²¹ CORBISIER, R. *Filosofia, Política e Liberdade*, p. 75.

validação da verdade, que de monológico passa a ser *dialógico-discursivo*¹²². Este paradigma é composto de três pensamentos, quais sejam, razão comunicativa de Apel e Habermas, razão sistêmica de Luhmann, e razão hermenêutica apresentada por Heidegger e Gadamar.

Karl-Otto Apel foi o primeiro pensador que percebeu o esgotamento do paradigma da consciência e a transformação filosófica que levou ao giro lingüístico. Este autor assevera que o problema da validação da verdade deve ser visto como um problema da formação intersubjetiva de consensos com base em um acordo mútuo lingüístico. Propõe, assim, a “substituição do *eu penso* pelo *eu argumento*; a passagem do *eu* para a *comunidade*; o abandono do *pensar o pensado* para *pensar o consensualizado*.”¹²³

Em suas teorizações, HABERMAS encontra-se diante de dois paradigmas, o da consciência ou do sujeito, que se esgota, e da comunicação, em ascensão, observa o autor que “as relações entre linguagem e mundo, entre proposição e estados de coisas, substituem as relações sujeito-objeto.”¹²⁴ Diante das limitações do paradigma da consciência, que apresenta o sujeito como capaz de conhecer os objetos e dominar a natureza, esse autor formula um novo paradigma a partir da teoria do agir comunicativo.

No paradigma da consciência o enfoque da razão está no sujeito, estamos diante da razão instrumental e subjetiva, por sua vez, no paradigma da linguagem o enfoque da razão está na comunicação, a qual tem por objetivo o entendimento e o consenso.

Destaque-se que HABERMAS nega a morte da modernidade, extraíndo dela um tipo de continuidade. Ao contrário dos pós-modernos que entendem a modernidade como um projeto esgotado, ele a considera um projeto inacabado, motivo pelo qual procura retomar ideais da modernidade através da razão comunicativa. Denuncia o desmoronamento da razão prática na moldura da filosofia do sujeito, lançando mão da teoria do agir comunicativo substitui a razão prática pela comunicativa.

¹²² LUDWIG, C. L. *Para uma Filosofia Jurídica da Libertação*, p. 94.

¹²³ LUDWIG, C. L. *Para uma Filosofia Jurídica da Libertação*, p. 100.

¹²⁴ HABERMAS, J. *Pensamento Pós-metafísico*, p. 15.

O sujeito deixa de ser considerado a partir da relação de conhecimento e dominação dos objetos, pois, agora, deve interagir com os outros sujeitos a fim de intersubjetivamente estipular o que significa conhecer e dominar estes objetos. Observa-se, assim, que o ponto fundamental consiste na intersubjetividade constituída de sujeitos capazes de ação e fala¹²⁵.

Na teoria habermasiana os sujeitos, em sua interação lingüística, necessariamente partem de um *prévio consenso*, o qual se torna manifesto a partir do reconhecimento recíproco de pretensões de validade, quais sejam, a pretensão de inteligibilidade da comunicação, a pretensão de verdade do conteúdo, a pretensão de justiça do conteúdo normativo e pretensão de sinceridade e autenticidade relativas ao mundo subjetivo. Desse modo, a partir de um *consenso antecipado*, advindo das pretensões de validade, busca-se atingir, através da argumentação, o *verdadeiro consenso posterior*.

Nota-se, portanto, que para haver interação lingüística entre os sujeitos é preciso partir de um consenso antecipado, por meio do qual o sujeito deve garantir que manterá a suposta pretensão de validade. Vislumbra-se, assim, que o diálogo pressupõe uma relação de confiança e esperança entre os falantes, estabelecida pelas pretensões de validade. Dessa forma, a confiança, representada pela concepção de verdade *emunah*, é pressuposto tanto da interação lingüística entre os falantes, quando do posterior consenso verdadeiro alcançado através da argumentação.

É preciso observar que na teoria de Habermas se reconhece a participação de todos na comunidade de comunicação, de modo que, para se atingir o consenso racional a situação de fala não é a real, e sim idealizada.

No paradigma da linguagem a verdade dos fatos e a validade das normas são estabelecidas a partir do consenso social, o qual se baseia nas relações de confiança entre os falantes. Observa-se, assim, a predominância da concepção da verdade originária da língua hebraica, *emunah*, uma vez que a verdade é

¹²⁵ HABERMAS, J. *Pensamento Pós-metafísico*, p. 33-35.

estabelecida através de consensos baseados na confiança recíproca entre os membros de uma comunidade lingüística¹²⁶.

Diversas críticas surgiram em relação à teoria habermasiana. Entre elas, destaca-se a apresentada pelo argentino Enrique Dussel, para quem a “comunidade de comunicação”, o “nós”, apresentado pelo paradigma do agir comunicativo, inclui não participantes que sofrerão os efeitos de um consenso do qual não foram parte, ou seja, sempre existirão excluídos¹²⁷. O outro está sempre pressuposto na comunidade ideal de comunicação, porém, encontra-se sempre excluído na comunidade real, de modo que não argumenta no momento da produção dos consensos. Considerando esta contradição, sua Filosofia da Libertação apresenta-nos o outro, silenciado e excluído, como condição *a priori* de possibilidade de toda a argumentação¹²⁸.

Conforme mencionado a história da filosofia tem sido classificada em paradigma do ser, do sujeito e da linguagem. Costuma-se associar o pensamento antigo e medieval ao paradigma do ser, enquanto o pensamento moderno aos paradigmas do sujeito e da linguagem, por sua vez, no que respeita ao pensamento pós-moderno não se vislumbra uma correspondência em relação aos paradigmas da filosofia.

Destaque-se que embora alguns autores, tais como Kaufmann, Claudia Lima Marques e Erik Jayme, pareçam enquadrar a pós-modernidade no paradigma da linguagem, atribuindo a este período a existência de uma sociedade na qual a comunicação assume papel de legitimadora dos consensos, não é unânime a aceitação dessa teoria.

¹²⁶ BERTOLINI, Lia Beatriz Carvalho. *A compreensão de uma concepção de verdade aplicável ao processo civil à luz da filosofia*. Curitiba, 2005, 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, p. 20.

¹²⁷ LUDWIG, C. L. *Para uma Filosofia Jurídica da Libertação*, p. 138.

¹²⁸ A transmodernidade, na concepção de Dussel, representa a compreensão de que existe para além dos horizontes da modernidade e da pós-modernidade um outro mundo. Considerando que a modernidade é justificação de uma práxis irracional e violenta, o projeto transmoderno afirma que é preciso negar a negação do mito da modernidade - a razão moderna, eurocêntrica, desenvolvimentista, deve ser transcendida. Representa a subsunção do caráter emancipatório do projeto da modernidade *transcendido como projeto de libertação de sua alteridade negada*. (LUDWIG, Celso Luiz. *Para uma Filosofia Jurídica da Libertação*, p. 53)

4.1.5. A busca da verdade no processo: uma possibilidade

O Estado, ao proibir a autotutela, chamou para si o exercício da atividade jurisdicional, assim, através do processo passou a ter a função de resolução dos conflitos surgidos na sociedade. Para que o Estado, representado pela pessoa do juiz, possa solucionar os litígios, adequando o texto legal à realidade fática, é preciso que as partes através das provas mostrem o fato do qual deriva o pretense direito.

Considerando que o Estado para aplicar o direito deveria ter como base a verdade dos fatos, operação representada pelo brocardo *narra mihi factum, dabo tibi ius*, a verdade sempre foi utilizada como legitimadora da atividade jurisdicional. A ausência da verdade permitiria arbítrios por parte do Estado em face do cidadão na hora da aplicação do direito. Com base nestas premissas e no ideal de justiça da decisão, a verdade assumiu o papel de legitimadora da atividade jurisdicional.

Surge assim a indagação de qual concepção de verdade seria aplicada ao processo, motivo pelo qual foram criadas teorias processuais acerca da verdade, que abrangem doutrinas a respeito de uma verdade substancial, classificações entre verdade formal e material, propostas no sentido de admitir apenas a possibilidade de se atingir a certeza, verossimilhança ou probabilidade, além de teorias acerca da verdade relativa e da verdade consensual.

Considerando a importância da reconstrução dos fatos passados para obtenção de uma decisão justa, nada mais natural do que eleger a busca da verdade substancial como princípio norteador do processo. Para a segurança das partes os conflitos deveriam ser resolvidos com base na verdade real atingida pelas provas dos autos, de modo a garantir uma decisão justa.

Porém, as provas não são capazes de reconstruir os fatos, muito menos reproduzem uma realidade absoluta, pois ela não existe. Este é o grande equívoco desta teoria, buscar através das provas atingir uma verdade “erroneamente categorizada como absoluta”¹²⁹.

O processualista CARNELUTTI categoricamente afirmou que “a verdade jamais pode ser alcançada pelo homem”, pois “a verdade está no todo, não na parte;

¹²⁹ DIAS, Luciana Drimel. *A verdade e a prova judicial: uma análise filosófica-processual da verdade voltada à teoria geral da prova*. Curitiba, 1999, 438 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, p. 430.

e o todo é demais para nós.”¹³⁰ Apesar da teoria processual estar baseada no ideal de verdade, único caminho que conduziria à justiça, a idéia de se atingir, através do processo, a verdade real sobre determinado acontecimento não passa de mera utopia. O mito da verdade substancial tem servido apenas para alongar o processo, em nome de uma reconstrução precisa dos fatos que é, na realidade, impossível¹³¹.

A concepção de uma verdade substancial não mais se sustenta, pois a noção de verdade real não passa de mera utopia. A essência do ser é inatingível, afirmar que é possível conhecer a realidade absoluta acerca dos fatos significa ater-se ao paradigma do ser, na concepção de verdade como *aletheia/homoiosis*, em que se busca, a partir do desvelamento do ser, a conformação entre idéia e realidade. Imaginar que é possível apreender a verdade absoluta em relação ao mundo dos fatos é ater-se a uma ilusão. A verdade pertence ao todo, mas não é possível ao homem apreender a totalidade do ser¹³². Revela-se, portanto, a insuficiência da concepção de verdade como *aletheia/homoiosis* para o processo.

Destaque-se que a impossibilidade de obter a verdade absoluta não impede que a verdade seja apontada como um dos fins a serem buscados pelo processo. Consoante MICHELI e TARUFFO “no processo, com efeito, a verdade não é um fim por si mesma, mas é necessário buscá-la enquanto condição para que haja uma justiça *mais justa*”.¹³³

“O importante é não cair na tentação de buscar obsessivamente a verdade, porque isso seria nocivo para o anseio da concretização da tutela jurisdicional célere, tempestiva e adequada.”¹³⁴ A busca pela verdade não pode

¹³⁰ CARNELUTTI, Francesco. Verdade, dúvida e certeza. Tradução de Eduardo Cambi. *Gênesis: Revista de Direito Processual Civil*. Curitiba, n. 9, jul./set. 1998, p. 606-607.

¹³¹ ARENHART, Sérgio Cruz. A verdade substancial. *Gênesis: Revista de Direito Processual Civil*. Curitiba, n.3, set./dez. 1996, p. 688-689.

¹³² “Com efeito, a verdade está no todo, mas ele não pode, pelo homem, ser apreensível, ao depois, a não ser por uma, ou algumas, das partes que o compõem. Seria, enquanto vislumbrável como figura geométrica, como um polígono, do qual só se pode receber à percepção algumas faces. Aquelas da sombra, que não aparecem, fazem parte – ou são integrantes – do todo, mas não são percebidas porque não refletem no espelho da percepção. Ademais, esta figura multifacetada, por evidente, não pode ser tomada – ou confundida – com apenas uma das suas faces.” (COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Introdução aos princípios gerais do processo penal brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*. Curitiba, n. 30, 1998, p. 191)

¹³³ MICHELI, Gian Antonio; TARUFFO, Michele. A prova. *Revista de Processo*. São Paulo, n. 16, a. IV, out./dez. 1979, p. 168.

¹³⁴ CAMBI, E. *Direito constitucional à prova no processo civil*, p. 71.

impor restrições ao processo além do mínimo necessário, justamente porque sua função é mítica.

Lembramos que alguns doutrinadores persistem na existência de uma verdade absoluta, ainda que não apreensível no processo. Parte da doutrina processual distingue a verdade obtida no âmbito filosófico (absoluta) daquela concebida no processo (histórica), no sentido de que a *verdade filosófica* teria como pressuposto a concepção grega, de adequação entre um fato ocorrido no mundo empírico e a idéia que se tem dele, enquanto a *verdade processual* teria caráter histórico e contingente. Esta teoria recebe diversas críticas, afinal, não se pode afirmar que a verdade obtida no processo seja diversa da verdade concebida pela filosofia.

Da referida dicotomia surgiram concepções acerca da verdade processual, dividida em *verdade material* e *verdade formal*, a depender do caráter penal ou civil da disciplina processual. Nessa perspectiva, o processo penal, por envolver o interesse público e os bens mais caros ao ordenamento jurídico, deveria ser pautado pela verdade substancial, enquanto o processo civil poderia contentar-se com menor grau de segurança, satisfazendo-se com a verdade formal¹³⁵.

Referida teoria baseia-se na noção de que o processo civil é regido pelo princípio dispositivo, no qual a administração das provas incumbe às partes, razão pela qual o processo satisfar-se-ia com a verdade formal, enquanto o processo penal rege-se pelo princípio inquisitivo, no qual cabe ao juiz gerir a instrução probatória, devendo, portanto, buscar a verdade substancial.

Ressalte-se que apesar de o processo penal envolver a liberdade do indivíduo, não se pode olvidar que o processo civil também engloba interesses fundamentais da pessoa humana, como a família e a capacidade jurídica do indivíduo, motivo pelo qual não há razão para a distinção da cognição entre ambas¹³⁶. Não obstante as diferenças entre o processo penal e o processo civil não há que se estabelecer qualquer distinção entre a verdade em um e em outro.

¹³⁵ DIAS, L. D. *A verdade e a prova judicial*, p. 50-52 e 310-311.

¹³⁶ ARENHART, S. C. A verdade substancial. *Gênesis: Revista de Direito Processual Civil*, p. 688.

Com o objetivo de superar a concepção fundada no paradigma do ser, refletida no mito da verdade substancial, os doutrinadores construíram noções tais como certeza, probabilidade e verossimilhança¹³⁷.

A mudança paradigmática do objeto para o sujeito ocorrida na doutrina processual realizou-se com CARNELUTTI, o qual ao apresentar a noção una de verdade levou à superação da dicotomia entre verdade filosófica e verdade processual. Para o jurista a verdade, que é a universalidade da coisa, é divina, sendo possível aos homens conhecer apenas partes dela. Em razão da impossibilidade de se atingir o todo, e, portanto, a verdade, esta deve ser substituída pela certeza¹³⁸.

CARNELUTTI se enquadra no paradigma do sujeito, pois a busca da certeza na qual se baseia sua teoria propõe um critério subjetivo para o conhecimento, baseado, portanto, no sujeito cognoscente. Embora não haja desligamento em relação à realidade, é visível a concepção *veritas* presente em sua teoria, representada pelo resgate da verdade concebida por Descartes¹³⁹.

O instituto da verossimilhança, difundido pelo processualista Calamandrei, é compreendido como a semelhança que a afirmação acerca de um fato possui em relação à verdade¹⁴⁰. “O juízo de verossimilhança é formulado com base no conhecimento que o juiz tem, antes da produção da prova, estando baseado na mera alegação do fato e fundado em uma máxima da experiência, isto é, na frequência com que fatos do tipo daquele alegado ocorrem na realidade.”¹⁴¹ Assim, o juízo de verossimilhança, substituto da verdade, é instrumental, recaindo sobre meras alegações de fato, motivo pelo qual também se enquadra no paradigma do sujeito, filiando-se à noção *veritas*¹⁴².

Ainda, parte da doutrina defende que não sendo possível atingir a verdade absoluta, somente se poderia trabalhar com um alto grau de probabilidade. Aqui o que se objetiva é quantificar as possibilidades de um fato realmente ser verdadeiro.

¹³⁷ Para um estudo sobre as noções de certeza, probabilidade e verossimilhança ver Luciana Drimel Dias.

¹³⁸ CARNELUTTI, F. Verdade, dúvida e certeza. *Gênesis: Revista de Direito Processual Civil*, p. 607.

¹³⁹ DIAS, L. D. *A verdade e a prova judicial*, p. 76--79.

¹⁴⁰ CALAMANDREI, Verità e verossimiglianza nel processo civile. *Rivista di Diritto Processuale*, 1955, p. 164-165. *Apud* CAMBI, E. *Direito constitucional à prova no processo civil*, p. 58.

¹⁴¹ CAMBI, E. *Direito constitucional à prova no processo civil*, p. 58-59.

¹⁴² DIAS, L. D. *A verdade e a prova judicial*, p. 76.

Tal concepção também se adéqua ao paradigma do sujeito, uma vez que incumbe ao sujeito avaliar, através da racionalidade, o grau de probabilidade constante em determinada situação.

As construções acerca de certeza, probabilidade e verossimilhança foram elaboradas a partir da constatação de que é impossível a apreensão de uma verdade absoluta, entretanto, restam insuficientes para a análise da verdade dentro do processo, pois fundadas unicamente na concepção de verdade como *veritas*¹⁴³.

Nesta perspectiva, parte da doutrina apresenta uma teoria baseada em uma verdade dita relativa, pois construída pelo sujeito no contexto processual¹⁴⁴. Esta teoria privilegia o sujeito, mas sem olvidar os fatos ocorridos na realidade, ou seja, a verdade relativa demonstra a idéia de verdade construída no processo a partir de um sujeito e levando em consideração os fatos concretos. Ressalta-se que esta concepção considera o sujeito individualmente, não abrangendo o diálogo interpartes ocorrido no processo.

Para a teoria da verdade consensual, cujos pressupostos estão na teoria do agir comunicativo de HABERMAS, cada sujeito leva individualmente ao processo sua verdade, para de modo intersubjetivo, buscar-se o consenso, de forma que uma verdade seja alcançada pelos sujeitos conflitantes. A verdade consensual considera os fatos ocorridos na realidade, a partir dos quais os sujeitos apresentam enunciados com pretensão de verdade, passando-se à fase de argumentação com o objetivo de atingir um consenso acerca do que será considerado verdadeiro dentro do processo. Nesse contexto o princípio do contraditório assume especial relevância, pois permitirá a argumentação dialética.

Nessa teoria os sujeitos ocupam um lugar privilegiado, pois a busca da verdade requer um processo intersubjetivo e dialógico com vistas a se atingir o consenso. “O procedimento para o conseguimento da verdade é inteiramente dialético, todos podem e devem argumentar, e além do mais é permeado pelas

¹⁴³ BERTOLINI, Lia Beatriz Carvalho. *A compreensão de uma concepção de verdade aplicável ao processo civil à luz da filosofia*, p. 41.

¹⁴⁴ Posição defendida por CAMBI, para o qual a noção de verdade relativa, passível de ser objetivada no processo, está ligada à noção de cognição exauriente e depende da análise do conjunto probatório, isto é, de chegar ao momento em que o caso concreto estiver “maduro” para o julgamento. (CAMBI, E. *Direito constitucional à prova no processo civil*, p. 193)

provas que auxiliam na escolha final do melhor argumento que se transformará em verdade.”¹⁴⁵

“A verdade no processo é intersubjetiva, ou seja, advém da argumentação retórica que se forma entre as partes e o juiz, para que este, através do melhor argumento, chegue a um consenso definitivo (sentença).”¹⁴⁶ Destaque-se que a verdade consensual se adéqua ao paradigma da linguagem, traduzindo-se no termo *emunah*, pois o consenso atingido pelos sujeitos é que estabelece a verdade a respeito da verdade ou não sobre um acontecimento a ser considerado e da justiça de uma norma a ser aplicada no caso concreto¹⁴⁷.

Segundo a teoria do discurso de HABERMAS, a finalidade da prova no processo não seria a reconstrução dos fatos ocorridos no passado, mas o convencimento dos demais sujeitos processuais sobre eles. O diálogo passa a ter preponderância no sistema processual. A verdade seria algo provisório, alcançada a partir de um processo argumentativo desenvolvido pelos sujeitos processuais, prevalecendo enquanto existir o consenso discursivo¹⁴⁸.

No contexto da teoria habermasiana SANTOS assevera que a busca de uma verdade absoluta, enquanto cópia fiel da realidade, deixa de ter sentido, uma vez que o conhecimento é sempre falível, de modo que a verdade é sempre aproximada e provisória¹⁴⁹. Para o sociólogo “a verdade só existe enquanto luta de verdades”, sendo que é o consenso que permite e legitima essa luta¹⁵⁰. Considerando que a verdade é o resultado provisório e momentâneo da negociação de sentido, adota a concepção de uma verdade intersubjetiva.

Referido sociólogo defende que na pós-modernidade a verdade é alcançada através de um processo intersubjetivo, estaríamos diante de um conhecimento emancipatório pautado em uma verdade atingida através do consenso:

“Enquanto a ciência moderna visa naturalizar o conhecimento através de verdades objetivas, de descrições e de regularidades, o conhecimento

¹⁴⁵ DIAS, L. D. *A verdade e a prova judicial*, p. 413.

¹⁴⁶ DIAS, L. D. *A verdade e a prova judicial*, p. 433.

¹⁴⁷ DIAS, L. D. *A verdade e a prova judicial*, p. 407.

¹⁴⁸ ARENHART, S. C. A verdade substancial. *Gênesis: Revista de Direito Processual Civil*, p. 690.

¹⁴⁹ SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*, p. 72.

¹⁵⁰ SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*, p. 95.

emancipatório pós-moderno assume a sua artefactualidade discursiva. Para esta forma de conhecimento, a verdade é retórica, uma pausa mítica numa batalha argumentativa contínua e interminável travada entre vários discursos de verdade; é o resultado sempre provisório de uma negociação de sentido.”¹⁵¹

Segundo alguns autores a pós-modernidade estaria relacionada ao paradigma da linguagem, neste sentido, para Erik Jayme a comunicação seria a nova legitimação do direito e da justiça. Estaríamos em um momento de legitimação pela linguagem, pelo consenso momentâneo e não mais pela lógica ou pela razão¹⁵².

Entretanto, outros autores defendem uma posição inteiramente oposta. Segundo LYOTARD não é prudente se orientar de acordo com Habermas no sentido de buscar a legitimação a partir do diálogo de argumentações que levem a um consenso universal. O consenso para a teoria lyotardiana é inatingível, tornou-se, portanto, um valor ultrapassado e suspeito. O que é preciso preservar é o dissenso.

LYOTARD, ao se questionar sobre a legitimidade do saber após a crise dos relatos da modernidade, assevera que o consenso habermasiano afetaria a heterogeneidade dos jogos de linguagem, fundamentais na pós-modernidade, defende, assim, o dissenso como forma de se produzir as invenções. Desse modo a ênfase deve incidir de agora em diante sobre o dissentimento. O consenso é apenas um horizonte, jamais sendo atingido¹⁵³.

A busca de um consenso universal supõe duas coisas: que todos os sujeitos podem entrar num acordo sobre as regras válidas universalmente para todos os jogos de linguagem e que a finalidade do diálogo é o consenso. Entretanto, consoante LYOTARD na pós-modernidade constata-se a heterogeneidade dos jogos de linguagem e a busca do dissentimento. O consenso é apenas um estado das discussões e não o seu fim, este é a parologia. Sugere, portanto, um modelo de legitimação através da diferença compreendida como parologia¹⁵⁴.

O mundo atual é diversificado e polifônico, sendo que toda tentativa de atingir o consenso se revela apenas uma continuação do desacordo por outros

¹⁵¹ SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*, p. 96.

¹⁵² KAUFMANN, Arthur. *Grundprobleme der Rechtsphilosophie*. München, Beck, 1994, p. 224. *Apud* MARQUES, C. L. Contratos bancários em tempos pós-modernos. *Revista de Direito do Consumidor*, p. 22.

¹⁵³ LYOTARD, J. *A condição pós-moderna*, p. 112.

¹⁵⁴ LYOTARD, J. *A condição pós-moderna*, p. 118.

meios¹⁵⁵. “O maior paradoxo da busca frenética de bases comunitárias de consenso é que isso resulta em mais dissipação e fragmentação, mais heterogeneidade. (...) O único consenso com alguma chance de sucesso é a aceitação da heterogeneidade das dissensões.”¹⁵⁶

Consoante BAUMAN pode-se afirmar que na pós-modernidade luta-se “não tanto acerca da única e verdadeira (única *porque* verdadeira) teoria da verdade, mas acerca da verdadeira, e por conseguinte única, teoria das *verdades* (no plural)”. A pluralidade das verdades deixa de ser um *irritante temporário*, destinado a ser abandonado, pois se constatou a “possibilidade de que diferentes opiniões podem ser não apenas simultaneamente *julgadas* verdadeiras, mas ser de fato simultaneamente *verdadeiras*.”¹⁵⁷

Neste sentido, para VASCONCELLOS no paradigma emergente da ciência contemporânea estamos diante de um contexto de desordem, crise, caos, indeterminação, instabilidade do mundo, devir e *múltiplas verdades*¹⁵⁸.

“À determinação moderna de buscar ou forçar o consenso a mentalidade pós-moderna só pode responder com sua habitual tolerância da divergência.”¹⁵⁹ Nessa perspectiva, nos tempos atuais não há como se falar em predominância de uma concepção de verdade, afinal, vivemos tempos de pluralidade de verdades. A nossa concepção de verdade é uma síntese dessas três tradições, assim, convivemos simultaneamente com as concepções de verdade como *aletheia*, *veritas* e *emunah*.

Observa-se, portanto, que as atuais teorias processuais acerca da verdade não são capazes de atender aos anseios da pós-modernidade. Vivemos em tempos de pluralidade de verdades, de dissensos que constroem, falta, portanto, uma teoria processual que contemple a verdade consoante os referenciais pós-modernos.

¹⁵⁵ BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*, p. 251.

¹⁵⁶ BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência*, p. 265.

¹⁵⁷ BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*, p. 147-148.

¹⁵⁸ VASCONCELLOS, M. J. E. *Pensamento sistêmico*, p. 69-73.

¹⁵⁹ BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência*, p. 270.

4.2. O TEMPO NO DIREITO PÓS-MODERNO

Os tempos pós-modernos representam a era da velocidade, em nossa sociedade as relações são cada vez mais efêmeras e voláteis. As distâncias foram superadas, de modo que a comunicação tornou-se possível entre os lugares mais longínquos em frações de segundos. O mundo passou a ser concebido em fragmentos de tempo.

Vivemos em tempos de valorização extrema do tempo, portanto, os tempos pós-modernos requerem maior efetividade processual. Nesse contexto, é preciso ter consciência das limitações das provas, de modo a não eternizar a sua produção tendo em vista um utópico encontro com a verdade.

Considerando as limitações para se atingir a verdade dos fatos, que abrangem desde fatores subjetivos das partes envolvidas no litígio a restrições à utilização de certos meios de provas, no processo civil é preciso redimensionar o ideal de justiça da decisão pautado na busca da verdade, visando sua compatibilização com o valor tempestividade.

Afinal, estamos em tempos que exigem que o Estado forneça, o mais rápido possível, àquele que tem um direito exatamente o que ele tem o direito de obter através da prestação jurisdicional. É preciso enfatizar que uma sentença proferida tardiamente também fere o ideal de justiça, levando a uma decisão injusta.

4.2.1 A busca da efetividade processual

Visto no tempo e no espaço, um sistema jurídico válido apenas tem relevância se estiver ligado ao tempo, ao presente. Se ele for inadequado a sua época, não passará de *reliquia histórica*¹⁶⁰. A pós-modernidade, mais do que qualquer outro período histórico, é um mundo voltado ao presente, às necessidades atuais. Em tempos pós-modernos, requer-se um ordenamento jurídico que atenda de modo efetivo aos problemas da sociedade contemporânea.

O Estado, ao proibir a autotutela privada, assumiu o compromisso de tutelar adequada e efetivamente os conflitos surgidos na sociedade. Desse modo, no

¹⁶⁰ BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 213.

plano do direito processual, requer-se a efetividade do instrumento processual, tanto em relação ao tempo quanto ao conteúdo dos pronunciamentos judiciais, tendo em vista a garantia da justiça no caso concreto.

Neste sentido, o processualista MARINONI assevera que no direito brasileiro todos têm direito a um processo justo, a um *devido processo legal processual*, consoante o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, direito este que implica a organização de procedimentos que proporcionem a efetiva tutela jurisdicional. Segundo o autor, o direito a um processo justo implica o encontro dos seguintes direitos fundamentais: *direito à tutela jurisdicional efetiva*, direito ao juiz natural, direito à paridade de armas, direito ao contraditório, direito à ampla defesa, direito à publicidade do processo, direito à motivação das decisões judiciais e o *direito ao processo com duração razoável*¹⁶¹.

Conforme mencionado, uma das características mais marcantes da pós-modernidade é a valorização extrema do tempo. Com o mundo cibernético, proporcionado pela expansão dos domínios da informática e da rede mundial de computadores, as informações circulam com uma velocidade assustadora; as práticas comerciais refletem contratos temporários e a cultura reflete um mundo do descarte. A pós-modernidade representa a era da velocidade.

A valorização extrema do tempo também apresenta reflexos no mundo jurídico, o que levou o legislador constitucional, a partir da Emenda Constitucional nº. 45/2004, a incluir no rol dos direitos fundamentais o direito à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, consoante o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal. Em tempos pós-modernos requer-se efetividade processual, especialmente no que refere ao tempo de duração do processo.

Um processo justo, além de pautado na busca da verdade, deve ter um tempo de duração razoável. Tendo em vista a impossibilidade humana em alcançar a verdade substancial, não há que se eternizar a produção de provas, as quais muitas vezes não trazem novos fatos e argumentos ao processo, apenas alongando a demanda judicial.

¹⁶¹ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 09-11.

Considerando a morosidade do nosso judiciário, muitos doutrinadores passaram a associar a demora na prestação jurisdicional com a injustiça, uma vez que uma sentença proferida em tempo insatisfatório representaria um processo injusto¹⁶². Devido à lentidão da justiça a parte mais fraca da relação processual geralmente aceita transacionar sobre os seus direitos, renunciando parcela da pretensão que seria realizada, porém depois de bastante tempo. A demora do processo sempre feriu o princípio da igualdade, beneficiando o réu que não tem razão¹⁶³.

Nesse contexto, a tutela antecipatória como forma de distribuição do ônus do tempo no processo surge como um sinal de esperança em meio à crise da Justiça Civil¹⁶⁴. Destaque-se que não pode haver efetividade sem riscos. Vivemos em tempos de ideal de efetividade, ou seja, ideal de uma tutela que dê, o mais rápido possível, àquele que tem um direito exatamente o que ele tem o direito de obter¹⁶⁵.

Chiovenda já dizia que “a duração do processo não deve prejudicar o autor que tem razão.”¹⁶⁶ Segundo ARENHART e MARINONI “o processo que desconhece a tutela antecipatória e sujeita a sua sentença, no que tange à possibilidade de produção de efeitos concretos, incondicionalmente à confirmação de um segundo juízo, beneficia o réu”, defendem assim a execução provisória da sentença na pendência do recurso de apelação como uma necessidade dos tempos atuais¹⁶⁷.

A doutrina clássica ao eleger o procedimento comum, concebido como procedimento de cognição plena e exauriente, e eliminar do sistema processual os

¹⁶² Segundo Marinoni, a filtragem recursal, representada pela demonstração da repercussão geral no recurso extraordinário, é uma forma de garantir o direito à tutela jurisdicional efetiva, a qual deve necessariamente ser prestada em prazo razoável. Com sua exigência, resguardam-se, o interesse das partes na realização de processos em tempo justo e o interesse da Justiça na apreciação de conflitos pelo Supremo Tribunal Federal apenas em casos que levem à unificação do direito nacional. (MARINONI, L. G.; MITIDIERO, D. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário*, p. 17-18)

¹⁶³ MARINONI, Luiz Guilherme. *Antecipação da tutela*. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 22-24.

¹⁶⁴ “A tutela antecipatória constitui instrumento da mais alta importância para a efetividade do processo, não só porque abre oportunidade para a realização urgente dos direitos em casos de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (art. 273, I), mas também porque permite a antecipação da realização dos direitos nos casos de abuso de direito de defesa (art. 273, II) e de parcela incontroversa da demanda (art. 273, §6º)”. (MARINONI, L. G. *Antecipação da tutela*, p. 31)

¹⁶⁵ MARINONI, L. G. *Antecipação da tutela*, p. 22-24.

¹⁶⁶ ARENHART, S. C.; MARINONI, L. G. *Manual do Processo de Conhecimento*, p. 481.

¹⁶⁷ ARENHART, S. C.; MARINONI, L. G. *Manual do Processo de Conhecimento*, p. 482-483.

procedimentos de cognição sumária, priorizou o valor segurança em prejuízo do valor tempestividade. O surgimento das tutelas sumárias é resultado das exigências de uma sociedade que não mais admite a morosidade jurisdicional do procedimento ordinário¹⁶⁸.

A morosidade do processo é resultado da tentativa de se ofertar um provimento jurisdicional seguro e justo, baseado na verdade dos fatos. Porém não precisamos mais nos deter em infundáveis instruções probatórias que almejam a segurança jurídica do provimento, pois a obtenção da verdade absoluta não passa de mera utopia.

O processo, apenas porque se destina a descobrir a verdade, não pode esquecer as necessidades do autor. A preocupação excessiva com o direito de defesa, fruto do liberalismo, não permitiu, por muito tempo, a percepção de que o tempo do processo não pode ser um ônus somente do autor. O processo civil para atender ao direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva deve ser capaz de racionalizar o tempo do processo e de impedir as defesas abusivas¹⁶⁹.

Destaque-se que durante bastante tempo vigorou o princípio da *nulla executio sine titulo*, fundamentado na premissa de que a execução, por invadir a esfera jurídica do réu, somente seria possível após o juiz declarar, iluminado pela verdade, a existência do direito¹⁷⁰. Este princípio foi afastado, os tempos pós-modernos mais do que exigem, necessitam de instrumentos tais como a tutela antecipatória e a execução provisória da sentença.

A Lei nº 11.232/2005, que incluiu a fase de cumprimento da sentença dentro do processo de conhecimento, atendeu a uma necessidade atual. Nos casos de condenação por quantia certa, a execução da sentença passa a ocorrer dentro do próprio processo em que ela foi proferida. Na mesma relação processual passa a haver uma fase de execução, posterior à de conhecimento. A necessidade de ajuizamento de um novo processo para executar a sentença sempre levou a uma maior demora na concretização dos direitos, temos aqui, pois, mais um avanço na disciplina processual.

¹⁶⁸ MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela antecipatória e julgamento antecipado*: parte incontroversa da demanda. 5. ed. rev. e atual. da obra *Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 13-14.

¹⁶⁹ MARINONI, L. G. *Antecipação da tutela*, p. 341-343.

¹⁷⁰ MARINONI, L. G. *Antecipação da tutela*, p. 145.

Lembramos que os artigos 461 e 461-A do Código de Processo Civil, ao instituírem as sentenças executiva e mandamental nos casos de cumprimento de obrigação de fazer, não-fazer e entrega de coisa, já demonstravam o intenso propósito na concentração da fase de execução com a de conhecimento.

O direito à efetividade da tutela jurisdicional, por estar voltado à concretização do direito material, compreende o direito à pré-ordenação de técnicas processuais que proporcionem respostas adequadas às necessidades do caso concreto. Considerando a quantidade de situações diferenciadas de direito material a serem protegidas pelo ordenamento jurídico, faz-se mais do que necessária a pluralização das tutelas jurisdicionais¹⁷¹. Nesse contexto, o direito processual comporta tutela inibitória, ressarcitória, reintegratória, entre outras.

O mundo jurídico está cada vez mais sensível com as questões da efetividade da prestação jurisdicional e celeridade processual, estando menos preocupado com a forma e pureza dos atos procedimentais¹⁷². Os Juizados Especiais são um exemplo dessa nova perspectiva, criados para dar um caminho de solução das controvérsias mais rápido, informal e desburocratizado. Segundo o artigo 2º da Lei 9.099/95 o procedimento dos juizados deve pautar-se pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.

Outra mudança derivada dos tempos atuais refere-se à criação do sistema de proteção para os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, composto pela Lei da Ação Civil Pública e pelo Título III do Código de Defesa do Consumidor, sistema este que reflete a característica pós-moderna de pluralidade de sujeitos. O processo coletivo exigiu a remodelação de conceitos concebidos para a solução dos conflitos individuais, tais como a legitimidade para a causa e a coisa julgada material, uma vez que nas demandas individuais considerava-se que o legitimado seria o titular do direito material e a coisa julgada material restringia-se às partes.

Em face de um mundo pós-moderno, cada vez mais informatizado e dinâmico, a esfera jurídica também apresenta mudanças. Assiste-se à progressiva

¹⁷¹ BECKER, Laércio Alexandre. *Contratos bancários – Execuções especiais*. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 236, 239-240. *Apud*. MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004, p. 195-196.

¹⁷² BITTAR, E. C. B. *O direito na pós-modernidade*, p. 373.

informatização da sociedade brasileira e conseqüente informatização do sistema judiciário. A eficácia da comunicação possibilita uma melhor execução do ordenamento jurídico, coletâneas de dados jurídicos são disponibilizadas na rede mundial de computadores, é possível acessar sítios de legislação federal, estadual e municipal atualizados, bem como visualizar decisões, acórdãos e andamento dos processos.

Entre os institutos que demonstram esta evolução, destacamos a penhora *on-line*. Mediante convênio firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho e Conselho da Justiça Federal com o Banco Central, juízes passaram a ter acesso, por meio da internet, a um sistema de consultas acerca de eventuais depósitos bancários dos devedores. Por meio deste sistema, o juiz pode encaminhar ofícios eletrônicos às instituições financeiras solicitando informações sobre a existência de contas correntes e aplicações financeiras, determinando o bloqueio e o desbloqueio de contas¹⁷³. Com esta técnica a execução ganha bastante agilidade.

Neste contexto cada vez mais informatizado, nosso ordenamento jurídico, baseado na experiência dos Juizados Especiais Federais Cíveis, através da Lei nº 11.419/2006, criou o processo eletrônico, permitindo a informatização de todos os processos judiciais, na esfera civil, na penal e trabalhista, bem como nos juizados especiais. Esta informatização envolve o processo em si, bem como a transmissão das peças processuais e a comunicação de atos, tais como a citação, intimação e notificação.

A mudança, que já começou nos tribunais superiores, tem como objetivo aumentar a velocidade de andamento dos processos judiciais, bem como trazer economia para o Judiciário. O processo eletrônico pretende agilizar as pesquisas feitas por juízes e pelas partes, facilitando o acesso rápido ao material de trabalho. Destaca-se que o processo eletrônico também acaba por modificar as relações espaciais, uma vez que a ausência de um processo materializado em autos reduz a necessidade de deslocamento, tanto dos próprios autos em caso de recursos, quanto das partes no que se refere aos pedidos de vistas.

¹⁷³ MARINONI, L. G. *Antecipação da tutela*, p. 284-285.

Considerando que os problemas que atingem a sociedade atual modificam-se com uma velocidade assustadora, requer-se também soluções rápidas e eficazes, assim, o direito deve estar sempre acompanhando a realidade social para apresentar soluções adequadas. Observa-se que quanto à disciplina processual civil, o legislador tem procurado adequar-se às necessidades atuais, de modo a refletir e ao mesmo tempo adequar-se a uma sociedade cada vez mais pós-moderna.

5. CONCLUSÃO

A pós-modernidade, surgida em finais do século XX, representa a incredulidade em relação às utopias da modernidade e seu respectivo projeto. Compreende uma forte crítica ao imperialismo da razão presente na era moderna e a descrença em relação aos ideais de liberdade, igualdade, paz e controle da natureza, considerados irrealizáveis na atualidade.

Inicialmente originada na esfera cultural, a pós-modernidade estendeu-se a outras esferas da sociedade, influenciando também diversos aspectos do direito. Nesse contexto de crise e mudanças, os reflexos da pós-modernidade no direito não podem ser negados. Dentre os ramos do direito que se abalaram com tais mudanças destacamos o processo civil.

A pós-modernidade, com sua rejeição ao projeto civilizatório moderno, representa um período marcado pela diversidade, tolerância e pluralidade. Aceita-se a diferença, que passa a ser considerada produtiva. Vivemos em tempos de pluralidade de sujeitos, de contratos com regime plúrimo, de valorização do tempo e de respeito à diferença.

O descrédito em relação ao projeto moderno derivou especialmente da crise de sua razão instrumentalizadora, que pretendia dominar e controlar a natureza, e da crise da ciência, considerada o único conhecimento verdadeiro presente na era moderna. Este contexto de crise da razão e da ciência leva à crise da verdade.

Considerando que a verdade é reconhecida como pressuposto legitimador da atividade jurisdicional, uma vez que uma decisão justa deve ser pautada na verdade dos fatos, no presente trabalho buscou-se verificar de que forma a pós-modernidade supera o contexto de crise, e assim, qual concepção de verdade seria aplicável ao processo de conhecimento.

Diante das características da pós-modernidade, em especial a valorização da heterogeneidade e do dissenso, vislumbra-se que estamos diante de um tempo de pluralidade de verdades, no qual estão presentes simultaneamente as concepções de *aletheia*, *veritas* e *emunah*, sem prevalência de qualquer de uma delas.

Nesse contexto não há uma teoria processual acerca da verdade capaz de atender aos anseios da pós-modernidade. Vivemos em tempos de verdades múltiplas, de dissensos que constroem, falta, portanto, uma teoria processual que contemple a verdade consoante os referenciais pós-modernos.

Apesar da dificuldade em se atingir a verdade, especialmente dentro de um processo judicial, ela deve continuar sendo buscada para que se chegue a uma decisão justa. Entretanto, nos tempos atuais, representados pela valorização extrema do tempo, uma decisão justa, além de pautada na verdade dos fatos, deve atender ao ideal de tempestividade.

Considerando a impossibilidade de se alcançar a verdade substancial dos fatos e que vivemos em uma era da velocidade, não há mais como admitir delongas nos processos judiciais. Nesse sentido, atendendo aos anseios de uma tutela efetiva, diversas modificações foram implementadas em nosso ordenamento jurídico.

No direito processual civil superou-se o princípio *nulla executio sine titulo*, o que levou aos institutos da antecipação de tutela, da execução provisória da sentença, e mais recentemente à fase de cumprimento da sentença dentro do processo de conhecimento. Surgiram os procedimentos dos Juizados Especiais, o processo coletivo, a penhora *on line* e o processo eletrônico.

Admitir alternativas e novas possibilidades pode parecer caótico, e até mesmo uma ameaça à ordem jurídica. Entretanto, as transformações ocorridas no direito, associadas ao fenômeno pós-moderno, refletem a complexidade da vida contemporânea, traduzindo, portanto, os anseios e necessidades da sociedade atual.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ARENHART, Sérgio Cruz. A verdade substancial. *Gênesis: Revista de Direito Processual Civil*. Curitiba, n. 3, p. 685-695, set./dez. 1996.

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme. *Manual do Processo de Conhecimento*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

BARROSO, Luiz Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). *Revista Diálogo Jurídico*. Salvador, v. I, n. 6, set. 2001. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br>> Acesso em: 18/08/2007.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Modernidade e Ambivalência*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERTOLINI, Lia Beatriz Carvalho. *A compreensão de uma concepção de verdade aplicável ao processo civil à luz da filosofia*. Curitiba, 2005, 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná.

BITTAR, Eduardo C. B. *O direito na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico: Lições de filosofia do direito*. Compiladas por Nello Morra; tradução e notas de Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <<http://presidencia.gov.br>>. Acesso em 15/09/2007

BRASIL. Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil – *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 17 jan. 1973. Disponível em: <<http://presidencia.gov.br>>. Acesso em 15/09/2007

BRASIL. Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências – *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 27 set. 1995. Disponível em: <<http://presidencia.gov.br>>. Acesso em 15/09/2007

BRASIL. Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial, altera o Código de Processo Civil e dá outras providências – *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 20 dez. 2006. Disponível em: <<http://presidencia.gov.br>>. Acesso em 15/09/2007

CAMBI, Eduardo. Verdade processual objetivável e limites da razão jurídica iluminista. *Gênesis: Revista de Direito Processual Civil*. Curitiba, n. 12, p. 226-243, abr./jun. 1999.

_____. *Direito constitucional à prova no processo civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

CARNELUTTI, Francesco. Verdade, dúvida e certeza. Tradução de Eduardo Cambi. *Gênesis: Revista de Direito Processual Civil*. Curitiba, n. 9, p. 606-609, jul./set. 1998.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 12. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

_____. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 345-390.

CORBISIER, Roland. *Filosofia, Política e Liberdade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Introdução aos princípios gerais do processo penal brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*. Curitiba, n. 30, p. 163-198, 1998,

DIAS, Luciana Drimel. *A verdade e a prova judicial: uma análise filosófica-processual da verdade voltada à teoria geral da prova*. Curitiba, 1999, 438 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Pensamento Pós-metafísico*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

_____. *Verdade e Justificação: Ensaio filosófico*. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HEIDEGGER, Martin. *Introdução à Metafísica*. Apresentação e tradução de Emmanuel Carneiro Leão. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

JAYME, Eryk. Pós-modernismo e direito da família. *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, v. LXXVIII, p. 209- 221, 2002.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 78-158.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *A monografia jurídica*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

LUDWIG, Celso Luiz. *Para uma Filosofia Jurídica da Libertação: Paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela antecipatória e julgamento antecipado: parte incontroversa da demanda*. 5. ed. rev. e atual. da obra Tutela antecipatória,

juízo antecipado e execução imediata da sentença. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

_____. *Técnica processual e tutela dos direitos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *Antecipação da tutela*. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. Contratos bancários em tempos pós-modernos. *Revista de Direito do Consumidor*. São Paulo, n. 25, p. 19-38, jan./mar. 1998.

_____. A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. *Cidadania e Justiça – Revista da AMB*. Rio de Janeiro, n. 6, a. 3, p. 237-248, 1999.

_____. Direitos básicos do consumidor na sociedade pós-moderna de serviços: O aparecimento de um sujeito novo e a realização de seus direitos. *Revista de Direito do Consumidor*. São Paulo, n. 35, p. 61-96, jul./set 2000.

MICHELI, Gian Antonio; TARUFFO, Michele. A prova. Tradução de Teresa Celina de Arruda Alvim. *Revista de Processo*. São Paulo, n. 16, a. IV, p. 155-168, out./dez. 1979.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na modernidade: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves. *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2002.